



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane – Uma avaliação da cooperação
UEM-ASDI, no período 2011- 2017

Olinda de Oliveira Simão

Maputo, Novembro de 2020

OLINDA DE OLIVEIRA SIMÃO

A Internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane – Uma avaliação da cooperação
UEM-ASDI, no período 2011- 2017

Dissertação apresentada a Faculdade de Direito da
Universidade Eduardo Mondlane como requisito
parcial para obtenção de título de Mestre em
Cooperação e Desenvolvimento.

Supervisora: Prof^a. Doutora Inês Macamo Raimundo

Declaração de Autoria

Declaro, por minha honra, que esta dissertação é, inteiramente, da minha autoria e nunca foi, anteriormente, apresentada para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito, e que ela constitui o resultado do meu trabalho individual. Esta dissertação é apresentada a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Cooperação e Desenvolvimento.

A autora

Olinda de Oliveira Simão

Dedico este trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento aos meus filhos, Esmeralda, Alves e Edilson e à minha neta, Linda.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Sem Deus, nada seria possível.

À Prof^ª. Doutora Inês Macamo Raimundo, pela orientação na definição dos rumos do trabalho. Agradeço, igualmente, pela paciência, atenção, empenho e exigência, contribuindo para o meu crescimento académico.

Aos meus filhos, Esmeralda, Alves e Edilson, pelo incentivo e força dada para seguir com os estudos e pelo apoio em todo o percurso desta formação.

Aos colegas do Gabinete de Cooperação, especialmente ao Licenciado Vasco Manjate, pela prontidão na disponibilização do material e informação necessários; e aos demais quadros da Universidade Eduardo Mondlane que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

A internacionalização do Ensino Superior nunca foi tão importante para as instituições de Ensino Superior como actualmente. Por conta da influência da globalização no Ensino Superior, a internacionalização do Ensino Superior tornou-se um propósito estratégico e crucial para as universidades dispostas a produzir uma força de trabalho qualificada, com consciência intercultural e habilidades para o ambiente de trabalho globalizado. Com efeito, um pouco por todo mundo, as universidades têm se empenhado na internacionalização do Ensino Superior, como forma de prover uma educação de qualidade aos estudantes e ajudar a gerar habilidades indispensáveis no século XXI. Todavia, as iniciativas de internacionalização, incluindo a efectivação e aproveitamento dos programas internacionais de formação, podem ser constrangidas por diversos factores. Portanto, ao analisar o processo de internacionalização do Ensino Superior na Universidade Eduardo Mondlane, a presente pesquisa conclui que, embora a internacionalização na UEM seja uma realidade presente, o processo enfrenta alguns desafios relacionados com a exiguidade de recursos para realizar as iniciativas de internacionalização, a existência de barreiras linguísticas e a falta de uma política institucional para orientar melhor o processo de internacionalização e gerar um melhor entendimento sobre a ideia e exigências da internacionalização, em toda comunidade universitária. Igualmente, como forma de contribuir para uma reflexão sobre o aproveitamento dos programas de formação resultantes dos acordos de cooperação celebrados com parceiros internacionais, o trabalho avalia os principais constrangimentos que caracterizam os programas de mobilidade académica UEM-ASDI, pois constatou-se que mais de 50% dos estudantes concluem os estudos fora do tempo esperado.

Palavras-Chave: Internacionalização do Ensino Superior; Cooperação; Mobilidade Académica Internacional, Desafios.

Abstract

Internationalization of Higher Education has never been so important for Higher Education institutions than it is today. Because of the influence of globalization on Higher Education, the internationalization of Higher Education has become a crucial and strategic purpose for universities willing to produce a qualified workforce, with intercultural awareness and skills for the globalized work environment. Indeed, around the world, universities have been striving to internationalize Higher Education, in order to provide quality education to students and help to generate skills that are indispensable in the 21st century. However, internationalization initiatives, including the realization of international training programs, can be constrained by several factors. Therefore, analyzing the process of internationalization of Higher Education at Eduardo Mondlane University, the present research concludes that, although internationalization at UEM is a present reality, the process faces some challenges related to the lack of funds to carry out internationalization activities, the existence of language barriers and the lack of an institutional policy to guide the internationalization process and spawn a better understanding of the idea and requirements of internationalization in the university community. Additionally, Additionally, as a way of contributing to a reflection on the exploration of training programs resulting from cooperation agreements signed with international partners, the research evaluates the main constraints that characterize UEM-ASDI academic mobility programs, as it was found that more than 50% of students complete their studies after the expected time.

Key words: Internationalization of Higher Education; Cooperation; International Academic Mobility, Challenges.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

AICS – Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento

AMAS – Mobilidade Académica para o Desenvolvimento Sustentável da África (*Academic Mobility for African Sustainable Development*)

ASDI – Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (*Swedish International Development Cooperation Agency*).

CTA – Corpo Técnico-Administrativo

DST – Teoria de Sistemas Dinâmicos (*Dynamic Systems Theory*)

ERASMUS – Plano de Acção da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários (*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*)

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (*Human Immunodeficiency Virus*)

IES – Instituição de Ensino Superior

ISCTEM – Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique

ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário

MCTESTP – Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MOUNAF – Mobilidade Universitária na África (*Mobilité Universitaire en Afrique*)

NICHE – Iniciativa Holandesa para o Desenvolvimento de Capacidades no Ensino Superior (*Netherlands Initiative for Capacity Development in Higher Education*)

NUFFIC – Organização Holandesa de Cooperação Internacional na área do Ensino Superior (*The Netherlands Organization for International Cooperation in Higher Education*).

OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SNE – Sistema Nacional de Educação

UCM – Universidade Católica de Moçambique

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

Sumário

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Contextualização	2
1.3 Problema.....	4
1.4 Justificativa.....	5
1.5 Relevância	5
1.6 Objectivos.....	6
1.6.1 Geral.....	6
1.6.2 Específicos	6
1.7 Hipóteses	6
1.8 Metodologia	7
1.9 Limitações da Pesquisa	8
1.10 Revisão da Literatura	8
CAPÍTULO II: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
2.1 Enquadramento Conceptual	12
2.1.1 Cooperação Académica Internacional	12
2.1.2 Internacionalização do Ensino Superior	14
2.1.3 Educação Internacional.....	16
2.1.4 Mobilidade Académica Internacional	19
2.2 Enquadramento Teórico	21
2.2.1 Teoria de Sistemas Dinâmicos (DST).....	21
CAPÍTULO III: VISÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE	26
3.1 O Ensino Superior em Moçambique	26

3.2	Evolução do Ensino Superior em Moçambique e Principais Desafios	28
3.3	A Internacionalização do Ensino Superior em Moçambique e seus principais desafios	33
3.3.1	Políticas e estratégias orientadoras governamentais sobre internacionalização	33
3.3.2	Limitações Financeiras	36
3.3.3	Barreiras linguísticas.....	39
3.3.4	Desconhecimento e incompreensão do conceito de internacionalização	42
CAPÍTULO IV: A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE.....		44
4.1	A Universidade Eduardo Mondlane – Breve Apresentação Institucional.....	44
4.2	A Internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane.....	47
CAPÍTULO V: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM-ASDI, 2011-2017.....		58
5.1	A cooperação UEM e ASDI.....	58
5.2	O programa de formação de pós-graduação UEM-ASDI, 2011- 2017	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		65
Recomendações		66
BIBLIOGRAFIA.....		68
Artigos Científicos:.....		72
Websites:		75
Entrevistas		77
APÊNDICES.....		78
Apêndice 1 – Guião do Inquérito por Questionário		78
Apêndice 2 – Guião do Questionário para Entrevista.....		83

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução das instituições de Ensino Superior de 1990 a 2018 30

Gráfico 2 - Evolução do número total de alunos de 1990 a 2018..... 30

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Programas de mobilidade e seus respectivos beneficiários 50

Tabela 2 - Número de docentes, estudantes e CTA enviados pela UEM, 2011 – 2017 51

Tabela 3 - Número de docentes, estudantes e CTA recebidos pela UEM, 2011 – 2017 52

Tabela 4 - Apoio sueco à UEM por período de Acordo (em milhões de Coroas Suecas)..... 58

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

1.1 Introdução

O presente estudo aborda o sobre a internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane e faz uma avaliação da cooperação UEM-ASDI, no período 2011- 2017. O Objectivo é analisar o processo de internacionalização do Ensino Superior na maior e mais antiga instituição de Ensino Superior do país, numa era globalizada, em que se faz necessário produzir uma força de trabalho qualificada, com consciência intercultural e habilidades para o ambiente de trabalho globalizado.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz a introdução, apresentando o contexto, o problema, a justificativa, a relevância, os objectivos, as hipóteses, a metodologia, limitações da pesquisa e a revisão da literatura.

No segundo capítulo, apresentam-se e discutem-se os conceitos fundamentais da pesquisa. Os conceitos são os seguintes: cooperação académica internacional, internacionalização do Ensino Superior, educação internacional e mobilidade académica internacional. Neste capítulo apresenta-se a teoria que serviu de orientação para o trabalho: a Teoria de Sistemas Dinâmicos, apresentada por Jiangyuan Zhou¹.

No terceiro capítulo faz-se a contextualização do Ensino Superior no país, trazendo uma visão geral do mesmo. No mesmo capítulo discute-se os principais desafios e obstáculos da internacionalização do Ensino Superior em Moçambique, apontando como principais desafios os seguintes: a falta de políticas governamentais, limitações financeiras, barreiras linguísticas e a incompreensão do conceito de internacionalização.

O quarto capítulo é destinado a abordar a internacionalização do ensino superior na Universidade Eduardo Mondlane, onde depois de se fazer uma breve apresentação institucional, avalia-se o estágio da internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane e discute-se os principais desafios.

¹ ZHOU, Jiangyuan. A Dynamic Systems Approach to Internationalization of Higher Education. *Journal of International Education and Leadership*, 6(1), 2016. pp. 1-14.

No quinto e último capítulo, aborda-se a cooperação UEM-ASDI, analisando os principais sucessos e constrangimentos de um dos mais destacados programas promotores da mobilidade académica na UEM, no período 2011-2017. A análise foca, principalmente, no aproveitamento das oportunidades de formação oferecidas por este programa. Para encerrar, apresenta-se as considerações finais do trabalho, as recomendações e a bibliografia consultada.

1.2 Contextualização

Actualmente, em um mundo cada vez mais globalizado, a internacionalização assume-se como o meio pelo qual as Instituições de Ensino Superior (IES) integram uma dimensão internacional às suas principais funções², através da realização de diversas actividades, dentre as quais o fomento da educação internacional.

Nesse contexto, relações de cooperação com parceiros estratégicos revestem-se de uma grande importância pois buscam promover a consolidação e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica, com o fim último de promover um desenvolvimento integrado das sociedades³.

Deste modo, as instituições de Ensino Superior, empenhadas em alterar as suas dinâmicas internas, com o propósito de responder e adaptar adequadamente a um ambiente externo cada vez mais diverso, investem na internacionalização.

Com efeito, em Moçambique, com o desenvolvimento e expansão do Ensino Superior, algumas instituições de Ensino Superior como, por exemplo, a Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica de Maputo e a Universidade Joaquim Chissano, têm despertado para a importância da internacionalização da educação, razão pela qual dentro das suas possibilidades, adaptam diversas estratégias para esse desiderato, desde o recrutamento de especialistas estrangeiros para apoiar na concepção e leccionação de cursos, realização de pesquisas conjuntas, desenvolvimento de projectos em equipas internacionais, internacionalização do currículo, até a promoção de programas de formação e mobilidade *in* e *out* com instituições estrangeiras⁴.

² KNIGHT, Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5), 2004. p. 9.

³ DALMOLIN, Indiara Sartori. et al. Intercâmbio académico cultural internacional: Uma experiência de crescimento pessoal e científico. *Rev Bras Enferm*, 66(3), 2013. p. 443.

⁴ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012. p. 27.

É neste âmbito que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), ciente da relevância da educação internacional como um factor crucial para a busca de conhecimentos, ditada por um ritmo de mudanças tecnológicas globais e de alta exigência na formação profissional⁵, tem procurado promover, cada vez mais, dentre outras iniciativas, programas de formação em instituições estrangeiras, especialmente para pós-graduação, resultantes, principalmente, da cooperação entre UEM e a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI).

A ASDI é dos parceiros de cooperação mais antigos que a UEM possui. Embora a cooperação entre Suécia e Moçambique date de períodos antes da independência, especificamente do ano de 1965, a cooperação entre a UEM e ASDI teve início em 1978⁶. A Suécia, durante um período de 40 anos, concedeu à UEM um montante superior a 700 milhões de coroas suecas, destinados à promoção de programas académicos⁷. O principal objectivo desta cooperação é fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa através da promoção de investigação colaborativa e da formação de pós-graduação, nomeadamente *Licentiate*, Mestrado e Doutoramento⁸.

Assim sendo, dadas as elevadas aspirações da UEM, fundadas na sua visão de se tornar numa “universidade de referência nacional, regional e internacional na produção e disseminação do conhecimento científico e na inovação”⁹, conjugadas com as actuais exigências nos padrões de formação de quadros para responder adequadamente aos desafios do século XXI, torna-se primordial promover a internacionalização e consolidar relações com parceiros estratégicos, como a ASDI, e aproveitar eficientemente as oportunidades de formação derivadas dessas relações.

Neste contexto, pretende-se, com este estudo, analisar o processo de internacionalização na UEM e avaliar os principais sucessos e constrangimentos que caracterizam a cooperação para pesquisa com a ASDI. A presente análise tomou em consideração o espaço temporal de 2011 a 2017,

⁵ KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 2012. p. 21.

⁶ ALBERTS, Tom. et al. *Sida's Support to the University Eduardo Mondlane, Mozambique*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, Sida, 2003. p. 5.

⁷ *Ibid.* p. 99.

⁸ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017. p. 11.

⁹ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. 2.

período que abrange um dos mais recentes acordos celebrados (27 de Julho de 2011)¹⁰, que cobre a cooperação entre a UEM e a ASDI, o Acordo Geral entre o Governo da Suécia e o Governo de Moçambique, relativo ao apoio na pesquisa na Universidade Eduardo Mondlane.

1.3 Problema

A internacionalização do Ensino Superior tem se revelado basilar para o progresso da educação globalmente, com a mobilidade internacional sendo uma das facetas mais visíveis do processo. Com a educação internacional, os estudantes têm a possibilidade de adquirir as habilidades de que precisam para enfrentar os desafios de uma economia global baseada no conhecimento e impactar positivamente no desenvolvimento das sociedades. De acordo com Celeste Dias de Sousa Paz¹¹ ao promover a internacionalização do Ensino Superior abre-se, imediatamente, espaço para transferência de conhecimentos, experiências e tecnologia que enriquecem a acção universitária e introduzem um importante diferencial na formação profissional dos académicos e funcionários que integram a comunidade universitária.

Contudo, Marijk van der Wende¹² denota que iniciativas de internacionalização, incluindo a efectivação e aproveitamento dos programas internacionais de formação podem ser constrangidos por diversos factores. Estes podem incluir a falta de recursos materiais e financeiros e a existência de barreiras linguísticas e culturais. Por sua vez, King, et al.¹³ acrescentam que a falta de políticas específicas, também pode constranger as iniciativas de internacionalização. Além disso, a falta de entendimento do que o processo de internacionalização envolve e o fraco envolvimento da comunidade académica são, igualmente, apontados como elementos que constituem obstáculos ao processo de internacionalização^{14,15}.

¹⁰ É de realçar que, inicialmente, o acordo estava previsto para terminar em 2015, mas foi prorrogado por um ano e, depois, mais seis meses, até Junho de 2017, como forma de aumentar o número de graduados e despende fundos não utilizados.

¹¹ PAZ, Celeste Dias de Sousa. *A Cooperação Internacional Académica no Ensino Superior: O caso da Universidade do Mindelo*. São Vicente: Universidade do Mindelo, 2015. p. 17.

¹² WENDE, Marijk van der. *International Academic Mobility - Towards a Concentration of the Minds in Europe*. Amsterdam: Amsterdam University College, 2014. p. 10.

¹³ KING, Russel. et al. *International student mobility*. Brighton, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex, 2004, p. 40.

¹⁴ WEIBL, Gabriel. *International Student Mobility and Internationalisation of Universities, Master Dissertation*. Christchurch: University of Canterbury, 2004, p. 84.

¹⁵ KASENENE, E. S. Obstacles to the Internationalisation of Higher Education in Africa: The Case of Uganda. *Makerere Journal of Higher Education*, 3(1), 2011, p. 78.

Considerando que a internacionalização é essencial para o desenvolvimento do Ensino Superior e, conseqüentemente, para promoção de oportunidades de formação fora do país, o presente trabalho pretende analisar o processo de internacionalização na UEM e avaliar os sucessos e constrangimentos existentes no aproveitamento das oportunidades de formação resultantes da cooperação entre a UEM e a ASDI.

1.4 Justificativa

A escolha do presente tema foi motivada, fundamentalmente, pelo facto de a autora ser funcionária da Universidade Eduardo Mondlane, afecta especificamente ao Gabinete de Cooperação – Departamento de Mobilidade e Internacionalização. Por conseguinte, a autora trabalha directamente com os parceiros internacionais da UEM, com as suas actividades viradas, essencialmente, para a gestão da mobilidade académica. Com efeito, a autora acompanha o processo de internacionalização da instituição e tem testemunhado, por outro lado, sucessos e constrangimentos da cooperação com várias instituições, especialmente com a ASDI, principalmente no que diz respeito às oportunidades de formação para pós-graduação.

Ademais, a escolha da Universidade Eduardo Mondlane como instituição de estudo deve-se ao facto de esta instituição ser considerada uma das melhores universidades que o país possui¹⁶ e, em virtude disso, possuir o melhor ambiente e espaço para pesquisa que, por sua vez, constitui-se como uma das bases para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Por outro lado, a escolha da cooperação com a ASDI, como caso de estudo, funda-se no facto de esta ser uma das maiores parceiras internacionais que a UEM possui, a avaliar pela vigência desta cooperação e pelos montantes disponibilizados, que ultrapassam os 700 milhões de coroas suecas¹⁷, para o desenvolvimento de actividades conjuntas, essencialmente ligadas à investigação.

1.5 Relevância

Com o aprofundamento global da integração económica, social, cultural e política, a internacionalização da educação tornou-se imperativa para IES que pretendam melhorar a

¹⁶ Dentre outros factos, esta afirmação é baseada no Ranking das melhores universidades de Moçambique (edição de Julho de 2017), divulgado pela Webometrics Ranking of World Universities, uma iniciativa do Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa pertencente ao Conselho Superior de Pesquisas Científicas da Espanha. Vide <http://www.webometrics.info/en/Africa/Mozambique>, consultado a 23 de Setembro de 2017.

¹⁷ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017.

qualidade e a relevância do ensino ou contribuir para o avanço da pesquisa. Sendo a mobilidade internacional um dos mecanismos mais notáveis do processo de internacionalização, este trabalho torna-se pertinente pois, através dele, será avaliado o processo de internacionalização da UEM e serão destacados sucessos e constrangimentos ligados à parceria UEM-ASDI, principalmente no que tange ao aproveitamento de programas de formação.

Igualmente, este trabalho servirá como um instrumento para apoiar e orientar existentes Programas/Projectos de formação de modo a aproveitar-se satisfatoriamente os recursos disponibilizados para a formação e treinamento de estudantes, docentes e funcionários da UEM.

Por outro lado, embora o número de pesquisas sobre a internacionalização se tenha expandido, consideravelmente, nos últimos anos, não foram encontradas pesquisas que associavam tal tema à Universidade Eduardo Mondlane, configurando assim, uma oportunidade para o desenvolvimento de uma pesquisa que pudesse contribuir organizacionalmente para o entendimento do panorama de internacionalização desta universidade.

1.6 Objectivos

O presente trabalho tem os objectivos seguintes:

1.6.1 Geral

- ❖ Avaliar o processo de internacionalização do Ensino Superior na UEM;

1.6.2 Específicos

- ❖ Analisar o estágio da internacionalização na UEM;
- ❖ Propor medidas para aprofundar o processo de internacionalização na UEM;
- ❖ Identificar os principais sucessos e constrangimentos da cooperação UEM-ASDI, principalmente no que tange o aproveitamento das oportunidades de formação no estrangeiro;

1.7 Hipóteses

Na sequência dos objectivos apresentados acima, o estudo apresenta as seguintes hipóteses:

- ❖ A internacionalização do Ensino Superior na UEM é uma realidade presente, porém, é um processo marcado por alguns desafios, tais como a falta de uma política orientadora e exiguidade de recursos financeiros para as iniciativas de internacionalização;

- ❖ Uma das formas de aprofundar o processo de internacionalização na UEM é através da criação de uma política que defina uma abordagem estratégica de internacionalização, bem como a promoção contínua de diversificação da base de financiamento de programas de internacionalização, pois o financiamento é vital para a internacionalização;
- ❖ Embora o programa UEM-ASDI tem sido fundamental para o fortalecimento da capacidade de pesquisa da UEM, existem problemas com a taxa de conclusão dos cursos em tempo devido.

1.8 Metodologia

Para a prossecução dos objectivos deste trabalho propõe-se uma abordagem qualitativa, envolvendo o uso do método monográfico. O método monográfico é uma caracterização abrangente para designar uma variedade de pesquisas que colectam e registam dados de um caso particular ou de vários casos, com o propósito de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência. Isto significa que o método monográfico trata de uma investigação fundamental de um caso, seja com características particulares ou colectivas. A pesquisa deve observar todos os factores que o influenciaram e analisá-lo em todos os seus aspectos¹⁸.

A colecta de dados foi feita com base na técnica documental que, segundo António Carlos Gil¹⁹, consiste na análise de documentos originais, com o objectivo de seleccionar, tratar e interpretar informações, buscando extrair valores para as mesmas. Memorandos de entendimento, acordos de cooperação, relatórios, artigos científicos, jornais, revistas, monografias foram úteis na busca de informação para o trabalho.

Para a recolha de dados recorreu-se, igualmente, a combinação de dois instrumentos: o inquérito por questionário e a técnica de entrevista, respectivamente. O inquérito por questionário é um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que permitem conhecer as atitudes, opiniões, preferências ou comportamentos do grupo estudado²⁰.

Nesse contexto, a população alvo deste inquérito foram estudantes beneficiários das bolsas disponibilizadas pela ASDI, no período 2011-2017. O programa abrangeu, no período em estudo,

¹⁸ MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª Edição ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 93.

¹⁹ GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 37.

²⁰ MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Op cit.*

119 estudantes, activamente envolvidos nos diferentes níveis de formação, *Licentiate*, Mestrado e Doutoramento.

Foi elaborado um formulário estruturado, contendo perguntas fechadas. Desta população (119 estudantes), a amostra conseguida foi de 44 beneficiários, sendo 16 para o nível de Mestrado e 28 para o nível de doutoramento. Assim, com o tamanho da população, para o período em referência e com a amostra conseguida, a margem de erro ficou estabelecida em 10% e o nível de confiança em 90%.

Por outro lado, a técnica de entrevista é, segundo Marconi & Lakatos²¹, uma conversação efectuada face a face, de maneira metódica que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. Os principais alvos para as entrevistas foram coordenadores da cooperação UEM-ASDI e, nesse contexto, foram entrevistados 3 coordenadores ligados a gestão do programa. Foi elaborado um roteiro semiestruturado, contendo perguntas abertas.

1.9 Limitações da Pesquisa

A partir do inquérito por questionário realizado, pretendia-se buscar, essencialmente, o grau de aproveitamento das oportunidades de formação resultantes da cooperação com a ASDI, em termos de conclusão dos estudos no tempo esperado. Igualmente, pretendia-se conhecer as opiniões e atitudes gerais dos estudantes em relação a cooperação UEM-ASDI. Devido a factores de vária ordem, incluindo falta de correspondência aos contactos feitos pela pesquisadora e ausência de dados de contacto actualizados, referentes ao grupo alvo, com registo na base de dados do Gabinete de Cooperação da UEM, não foi possível ter amostra superior a conseguida, facto que se tivesse sido diferente, reduziria a margem de erro e, conseqüentemente, aumentaria os níveis de confiança.

1.10 Revisão da Literatura

A globalização, entendida como um conjunto de processos e actividades sociais, políticas, económicas e culturais que geram uma multiplicidade de ligações e interconexões que transcendem os Estados que compõem o sistema mundial moderno²², caracterizada por amplas

²¹ MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª Edição ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 95.

²² HELD, David & MCGREW, Anthony. Globalization and the Liberal Democratic State. *Government and Opposition*, 28(2), 1993, p. 262.

tendências económicas, tecnológicas e científicas²³, pelo surgimento de uma rede internacional de conhecimento, pelo crescimento do papel da língua inglesa, etc.²⁴, tem impactado em grande medida em diversos sectores da sociedade, incluindo no sector da educação.

Hoje, diversas questões económicas, ambientais, de saúde, sociais, demográficas e tecnológicas têm consequências internacionais. Essas realidades obrigam as IES a considerar o âmbito internacional de seus mandatos de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão²⁵. Por conseguinte, universidades em todo o mundo estão comprometidas a tornar seus currículos, campus e comunidades mais orientados internacionalmente²⁶. Neste sentido, a internacionalização do Ensino Superior surge como uma resposta a globalização e é efectivada através de uma variedade de políticas e programas que universidades e governos implementam²⁷.

Portanto, a internacionalização está associada ao desenvolvimento da noção de economia do conhecimento global²⁸. A economia do conhecimento global impõe que mais atenção seja dada a internacionalização do currículo, pois o conhecimento e as habilidades dos estudantes, nesta era da globalização, têm de reflectir as dinâmicas e desafios de um mundo mais conectado. A respeito disso, Hénard et al.²⁹ comenta que, pelo facto de o mercado actual de trabalho exigir que os estudantes tenham conhecimento de língua estrangeira e habilidades interculturais para interagir em um ambiente global, as instituições estão dando mais importância a internacionalização.

²³ RUMBLEY, Laura. E. et al. Internationalization within the Higher Education Context. Em: D. K. Deardorff, H. d. Wit, J. D. Heyl & T. Adams, edits. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 2.

²⁴ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013. pp. 15-16

²⁵ Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5). 2004, p. 7.

²⁶ MANITOBA GOVERNMENT. *International Education – Information for Educational Professionals*, 2010. [Online]

Disponível em: https://www.gov.mb.ca/ie/pdf/cep_resources.pdf
[Acedido em 23 de Setembro de 2017].

²⁷ WIT, Hans de. *Op cit.* p. 13.

²⁸ WIT, Hans de. *Op cit.* p. 21.

²⁹ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 7.

Na verdade, tal como afirma Rumbley, et al.³⁰, o discurso de economia de conhecimento, e também de competição global, que acompanha o processo da globalização, tem sido responsável pela condução da agenda de muitas políticas educacionais nos Estados. Com efeito, a economia do conhecimento desempenha um papel nas discussões sobre desenvolvimento económico e competição entre estados e organizações governamentais supranacionais. Consequentemente, o conhecimento agora constitui o factor mais importante de produção nas economias de sociedades mundiais e, como resultado, as sociedades exigem maior acesso ao conhecimento representado por qualificações³¹.

Adicionalmente, os discursos sobre economia do conhecimento, ainda segundo Joel Spring³², concentram-se na necessidade de dotar os indivíduos de habilidades para o ambiente de trabalho global. A este respeito, a tecnologia desempenha um papel muito importante. Os alunos devem ser educados para que possam se adaptar continuamente a um mundo de trabalho onde as inovações tecnológicas estão ocorrendo quase diariamente. Para os países em desenvolvimento, os discursos sobre a economia do conhecimento mantêm a promessa de que a expansão de oportunidades de formação resultará em crescimento económico e modernização³³.

Portanto, entende-se que ao internacionalizar-se, as IES estão a responder às pressões da globalização, à necessidade de obter vantagem competitiva na economia internacional do conhecimento e de melhorar o posicionamento estratégico internacional³⁴. Igualmente, ao internacionalizar-se, as IES buscam ampliar o envolvimento institucional além-fronteiras e um aprofundamento da participação de estudantes e professores na promoção de crescimento sustentável global³⁵. Estes factos permitem compreender porque é que a internacionalização constitui uma das forças mais poderosas e difundidas no Ensino Superior em todo o mundo nas últimas décadas.

³⁰ RUMBLEY, Laura. E. et al. Internationalization within the Higher Education Context. Em: D. K. Deardorff, H. d. Wit, J. D. Heyl & T. Adams, edits. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 25.

³¹ SPRING, Joel. Research on Globalization and Education. *Review of Educational Research*, 78(2), 2008, p. 338.

³² *Ibid.* p. 338.

³³ *Ibid.* p. 337.

³⁴ MELLORS-BOURNE, Robin et al. *The Wider Benefits of International Higher Education in the UK*. Cambridge, Careers Research & Advisory Centre (CRAC), 2013, p. 3.

³⁵ HUDZIK, John K. Changing paradigm and practice for higher education internationalisation. Em: H. d. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalisation*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 48.

A internacionalização assume diversas formas, sendo que uma das mais visíveis é a oportunidade que se cria de proporcionar aos estudantes uma educação internacional. A educação internacional permite desenvolver habilidades globais e interculturais e gerar as habilidades necessárias no século XXI³⁶. Ademais, tal como acrescentam Brooks & Waters³⁷, a educação internacional torna o cidadão mais flexível e reflexivo culturalmente, para além de ser um meio eficaz e relativamente seguro de desafiar atitudes e perspectivas enraizadas.

Em Moçambique, embora diversos desafios, tais como a falta de políticas governamentais e institucionais orientadoras sobre internacionalização, limitações financeiras e barreiras linguísticas, acompanham o processo de internacionalização do Ensino Superior, verifica-se que as instituições estão cada vez mais cientes da necessidade de desenvolver a sua competitividade e de, principalmente, prover uma preparação adequada aos estudantes vis-à-vis as demandas da sociedade, economia e mercado de trabalho.

A Universidade Eduardo Mondlane, como uma instituição que almeja consolidar-se como uma instituição de referência nacional, regional e internacional³⁸, com responsabilidades na formação de recursos humanos e na geração de conhecimento fundamentais para fazer frente aos desafios de desenvolvimento do país, não podia estar alheia ao processo de internacionalização, razão pela qual, através de várias acções que incluem mobilidade e intercâmbio de estudantes, professores e investigadores, a colaboração para o ensino e investigação, a cooperação e assistência para o desenvolvimento institucional, o desenvolvimento curricular, a transferência do conhecimento científico e tecnológico³⁹, entre outras, tem estado a integrar uma dimensão internacional às suas principais funções.

³⁶ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 8.

³⁷ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 152.

³⁸ UEM. *Plano Estratégico 2008-2012*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008, p. 12.

³⁹ CASTRO, Alda Araújo & NETO, António Cabral. O Ensino Superior: A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, Volume 21. 2012, p. 72.

CAPÍTULO II: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Enquadramento Conceptual

2.1.1 Cooperação Académica Internacional

A cooperação internacional se refere ao mecanismo pelo qual um país ou uma instituição promove o intercâmbio de experiências e de conhecimento técnico, científico, tecnológico e cultural, mediante a implementação de programas e projectos com outros países ou organismos internacionais⁴⁰. Esta cooperação pode ser técnica, tecnológica ou financeira.

De acordo com Giulia Mancini⁴¹, a cooperação internacional é um movimento que ganhou força no fim da Segunda Guerra Mundial e constituiu-se como uma das mais importantes vias para o desenvolvimento progressista do mundo. De facto, a partir de 1945 surge uma nova ordem política mundial que representa o entendimento internacional de que o mundo deve estar unido para a resolução dos problemas comuns das nações.

Por outro lado, a disseminação da industrialização e da modernidade para todas as sociedades fez com que uma das dimensões marcantes nas relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial fosse a expansão e institucionalização da cooperação internacional⁴².

Com efeito, a cooperação internacional estendeu-se para todas as esferas essenciais de desenvolvimento, sendo a Educação uma delas. Por esta razão, a cooperação internacional na educação é um dos temas que mais destaque tem merecido nas relações internacionais nas últimas décadas⁴³. Esta, para além de promover a convivência cultural das sociedades, está fortemente ligada ao desenvolvimento económico e social.

⁴⁰ SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams., *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª Edição Revista e Ampliada ed. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2010.

⁴¹ MANCCINI, Giulia. *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Mecanismos, História e Eficácia*. 2013. [Online]

Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-historia-e-eficacia>

[Acedido em 23 de Junho de 2019].

⁴² SATO, Eiiti. Cooperação Internacional – Uma Componente Internacional das Relações Internacionais. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4(1), 2010, p. 46.

⁴³ PAZ, Celeste Dias de Sousa. *A Cooperação Internacional Académica no Ensino Superior: O caso da Universidade do Mindelo*. São Vicente: Universidade do Mindelo, 2015, p. 22.

Na opinião de Nilson Carlos Rosa⁴⁴, a globalização e os desafios a ela inerentes impeliram a um reflectir sobre a educação e tornaram mais necessárias as redes de cooperação como forma de garantir uma melhor qualidade de educação para fazer frente aos desafios do século XXI. Portanto, as universidades entraram no novo século com o desafio de repensar o seu papel diante da sociedade, como instituições que albergam a multiplicidade de valores e de opiniões que enfatizam o carácter universal do conhecimento⁴⁵. Daí a multiplicação de redes internacionais de colaboração institucional como parte do processo de internacionalização do Ensino Superior.

Porque a educação é uma componente do desenvolvimento humano, é amplamente consensual que o bem-estar não é apenas uma questão de renda, mas também uma questão de educação⁴⁶. Nesse contexto, as universidades desempenham um papel fundamental, não apenas por causa de seu impacto nas economias locais, mas também como agentes de desenvolvimento⁴⁷.

Assim, as universidades seguem uma teoria institucional de mudança com vista a fortalecer os recursos humanos e organizacionais como meio para melhorar seu papel como agentes de desenvolvimento em seus respectivos países, desenvolver as pessoas e sociedades, aumentar o tamanho da classe média, provocar coesão social e melhorar democracias⁴⁸.

Para tal, as universidades colaboram em temas de política e gestão institucional; a formação, a pesquisa, a extensão e a vinculação para o mútuo fortalecimento e a projecção institucional; a melhoria da qualidade da docência; o aumento e a transferência do conhecimento científico-tecnológico; e a contribuição à cooperação para o desenvolvimento⁴⁹.

Embora nem todas as parcerias são iguais e, adicionalmente, indivíduos diferentes podem promover a mesma parceria por diferentes razões, o que todas as parcerias têm em comum é a

⁴⁴ ROSA, Nilson Carlos. *Educação e Globalização – Perspectivas de Ensino na Sociedade Contemporânea*. São José: Universidade de Passo Fundo, 2010.

⁴⁵ STALLIVIERI, Luciane. *O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior*. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2008.

⁴⁶ FRANCISCO, María José Vásquez et al. Evaluating impacts of University Cooperation for Development from the Voice of the South. *Revista de Economía Mundial*, Volume 47, 2017, p. 97.

⁴⁷ *Ibid.* p. 98.

⁴⁸ SUTTON, Susan Buck. et al. Collaborating on the Future: Strategic Partnerships and Linkages. Em: H. d. W. J. D. H. & T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 50.

⁴⁹ PAZ, Celeste Dias de Sousa. *A Cooperação Internacional Académica no Ensino Superior: O caso da Universidade do Mindelo*. São Vicente: Universidade do Mindelo, 2015, p. 28.

ênfase na colaboração contra o isolamento, mesmo quando o principal motivador é o ganho institucional individual. Na economia global, uma capacidade bem desenvolvida de criar e sustentar colaborações frutíferas oferece às universidades uma vantagem competitiva significativa⁵⁰.

A cooperação internacional se converteu em uma actividade horizontal que tem impactos internos positivos nas políticas e na gestão das universidades, e impactos externos no incremento do papel activo das instituições ao superarem modelos passados assistencialistas, baseados em esquemas passivos de aceitação e participação em determinadas ofertas exógenas⁵¹.

2.1.2 Internacionalização do Ensino Superior

Este termo levanta percepções diferentes em pessoas diferentes e, portanto, tem sido aplicado em uma variedade de meios. De acordo com Zolfaghari, et al.⁵², a definição de internacionalização do Ensino Superior varia e depende dos grupos de partes interessadas: governo, sector privado, instituição, membro do corpo docente, discente e disciplina académica.

Contudo, Jane Knight⁵³ apresenta a definição que mais consenso reúne entre os académicos, segundo a qual a internacionalização do Ensino Superior é vista como a integração de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global nos objectivos, funções e ofertas da educação pós-secundária. De facto, esta definição tem o mérito de enfatizar os três elementos centrais das funções das IES: Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com Jane Knight⁵⁴, o termo internacionalização começou a ser amplamente utilizado pelo sector de Ensino Superior na década de 1980 para promover estudos internacionais, intercâmbio educacional e assistência técnica. Desde então, houve uma explosão no número e tipos

⁵⁰ SUTTON, Susan Buck. et al. Collaborating on the future: Strategic Partnerships and Linkages. Em: H. d. W. J. D. H. & T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 54.

⁵¹ SENHORAS, Eloi Martins. *O Papel da Internacionalização das Universidades e a Projecção da Cooperação Internacional do Mercosul. Anais do III Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2006.

⁵² ZOLFAGHARI, Akbar et al. Internationalization of higher education: Challenges, strategies, policies and programs. *US-China Education Review*, 6(5), 2009, p. 2.

⁵³ KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5), 2004, p. 9.

⁵⁴ Idem. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 2012, p. 27.

de iniciativas internacionais realizadas por instituições, organizações e governos do Ensino Superior. As estratégias, programas e políticas de internacionalização desenvolvidas por esses actores evoluíram ao longo dos anos em resposta e como agentes da força generalizada da globalização⁵⁵.

Rumbley, et al.⁵⁶ comentam que a internacionalização tem sido uma das forças mais poderosas e difundidas no Ensino Superior, em todo o mundo, durante as últimas décadas. Consequentemente, a internacionalização constitui hoje uma preocupação central para o Ensino Superior, abarcando directamente questões de relevância social e curricular, qualidade e prestígio institucional, competitividade nacional e potencial de inovação. Ademais, as instituições também vêem a internacionalização como uma potencial fonte de receita⁵⁷.

Por sua vez, Hans de Wit⁵⁸ aponta que, por conta da influência da globalização no Ensino Superior, a internacionalização do Ensino Superior tornou-se um objectivo estratégico crucial para as universidades dispostas a produzir uma força de trabalho qualificada, com consciência global e habilidades multiculturais.

Portanto, para alguns autores, como Ulrich Teichler⁵⁹ e Rumbley, et al.⁶⁰, a internacionalização significa uma série de actividades internacionais, como mobilidade académica de estudantes e professores, vínculos, parcerias, projectos internacionais, novos programas académicos internacionais e iniciativas de pesquisa. Para outros, a internacionalização significa oferecer educação a outros países, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância e novos tipos de arranjos, como campi ou franchises⁶¹.

⁵⁵ KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 2012, p. 27.

⁵⁶ RUMBLEY, Laura. E. et al. Internationalization within the Higher Education Context. Em: D. K. Deardorff, H. d. Wit, J. D. Heyl & T. Adams, edits. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 3.

⁵⁷ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 37.

⁵⁸ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 57.

⁵⁹ TEICHLER, Ulrich. Internationalisation trends in Higher Education and the changing role of international Student Mobility. *Journal of international Mobility*, 1(5), 2017, pp. 180-181.

⁶⁰ RUMBLEY, Laura. E. et al. *Op cit.*, p. 4.

⁶¹ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 28.

Para muitos, ainda, internacionalizar significa incluir uma dimensão internacional, intercultural ou global no currículo e no processo de ensino e aprendizagem. Outros ainda vêm projectos de desenvolvimento internacional ou, alternativamente, a crescente ênfase na educação comercial transfronteiriça como internacionalização. Finalmente, o termo vem sendo usado para descrever centros de educação regionais, cidades educacionais e aldeias do conhecimento⁶².

Dentre estas formas de internacionalização, a promoção de programas de formação no estrangeiro constitui o aspecto principal no qual a análise proposta no presente trabalho se centra. A formação no estrangeiro permite, de forma geral, socializar e transferir conhecimentos, experiências e tecnologia que enriquecem a acção universitária e, por fim, beneficiam o desenvolvimento social e económico da sociedade.

Estes e outros resultados positivos da educação internacional reflectem-se em vários aspectos da vida do graduado, com especial ênfase nas novas abordagens intelectuais, sofisticação das habilidades linguísticas e habilidades académicas e profissionais.

2.1.3 Educação Internacional

Nas últimas décadas, verifica-se o aumento da demanda por educação internacional que resulta em mobilidade estudantil, ao mesmo que cresce o movimento de programas e provedores de educação além das fronteiras nacionais⁶³. Esta situação resulta do crescente reconhecimento de que o conhecimento e a informação são bens internacionais cuja aquisição é fundamental para o melhoramento do bem-estar social e económico do ser humano. Com efeito, a obtenção destes bens implica que deve-se buscar um currículo que permite se saber mais sobre outros países e ter maior reconhecimento do carácter transnacional de muitos assuntos contemporâneos.

Neste âmbito, Brian Garavalia⁶⁴ refere-se a educação internacional como aquela que desenvolve um senso razoável de geografia mundial, económica, cultural e física nos indivíduos; promove a conscientização da inter-relação de eventos em diferentes países e incute qualidades que promovem uma interacção amável entre pessoas de diferentes culturas.

⁶² KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 2012, p. 30.

⁶³ ALTBACH, Philip G. & KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3), 2007, p. 30.

⁶⁴ GARAVALIA, Brian. J. International Education: How It Is Defined by U.S. Students and Foreign Students. *The Clearing House*, 70(4), 1997, p. 219.

A esse respeito, Holly Moran Hansen⁶⁵ acrescenta que a educação internacional é um processo dinâmico que implica um movimento de pessoas, mentes ou ideias por fronteiras políticas e culturais, todos envolvidos em cooperação internacional, compreensão e intercâmbio.

Deste modo, os benefícios da educação internacional abrangem, não somente aos estudantes internacionais, mas também aos países de origem e aos países de acolhimento. Mellors-Bourne, et al.⁶⁶ apontam como principais benefícios da educação internacional para os estudantes internacionais os seguintes:

- Melhoria ou mudança de carreira;
- Aumento do desenvolvimento intelectual;
- Proficiência em língua estrangeira;
- Cosmopolitismo e sensibilidade intercultural;
- Crescimento pessoal e experiências mais amplas;
- Ampla rede internacional de contactos sociais e profissionais.

Por sua vez, os países de origem beneficiam da educação internacional na medida em que funcionários de alto desempenho e altamente qualificados, apresentam vantagens às organizações que lhes empregam e às suas economias. Os graduados internacionais têm a possibilidade de trazer impactos na educação, capacitação e desenvolvimento social, que aumentarão com o tempo à medida que os graduados se tornarem mais influentes⁶⁷.

Igualmente importantes são os benefícios da educação internacional que abrangem também os países de acolhimento. Estes incluem a formação de embaixadores informais que, depois de regressados aos países de origem, facilitam os vínculos e a colaboração educacional, cultural, de desenvolvimento e de negócios com os países de acolhimento⁶⁸.

De acordo com Graham Donaldson⁶⁹, a educação internacional ganhou muita importância nas últimas décadas como resultado de mudanças rápidas e de longo alcance em todo o mundo. A

⁶⁵ HANSEN, Holly Moran. Defining international education. *New Directions for Higher Education*, Issue 117, 2002, p. 5.

⁶⁶ MELLORS-BOURNE, Robin et al. *The Wider Benefits of International Higher Education in the UK*. Cambridge, Careers Research & Advisory Centre (CRAC), 2013, p. xii.

⁶⁷ *Ibid.* p. xiii.

⁶⁸ MELLORS-BOURNE, Robin et al. *Op cit.*, p. xi.

⁶⁹ DONALDSON, Graham. *International education: Responsible, Global Citizens*, Livingston: HM Inspectorate of Education, 2010, p. 2

escala da migração internacional de estudantes é consideravelmente maior do que o observado anteriormente e, em contraste com o passado, agora está associada a uma formulação política significativa e explícita nos níveis nacional, regional e internacional⁷⁰.

Para além do prestígio conferido por uma qualificação obtida no estrangeiro, uma das principais motivações para a busca de educação internacional está ligada a benefícios económicos associados a mobilidade estudantil. Nas palavras de Brooks & Waters⁷¹, os mercados de trabalho tornaram-se cada vez mais congestionados e os graduados tiveram que encontrar novas maneiras de garantir sua reprodução social e se distinguir de outros, dentro de um sistema de massa.

Portanto, este cenário levou ao surgimento de uma “economia da experiência”, na qual estudantes e graduados pretendem complementar seu diploma com uma série de outras qualificações, habilidades e atributos que lhes darão mais vantagem no preenchimento de posições competitivas⁷².

Por esta razão, Shaftel et al.⁷³ afirmam que a adaptabilidade transcultural é classificada como o critério número um para posições de gestores a nível internacional, acima das habilidades profissionais, técnicas e de gestão. A competência em idiomas estrangeiros, o respeito pelas diferenças culturais, juntamente com habilidades de comunicação intercultural e sensibilidade são, igualmente, classificados como habilidades cruciais para os gestores colocados em diversas áreas.

Portanto, no mundo contemporâneo, tem, sem dúvidas um papel muito importante no melhoramento do bem-estar social e económico das sociedades. Ela permite que os graduados desenvolvam progressivamente conhecimentos, habilidades e comportamentos que os ajudam a se tornar cidadãos globais informados.

⁷⁰ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 136.

⁷¹ *Ibid.* p. 144.

⁷² *Ibid.* p. 145.

⁷³ SHAFTEL, Julia et al. International Educational Experience and Intercultural Competence. *International Journal of Business & Economics*, 6(1), 2007, p. 25.

2.1.4 Mobilidade Acadêmica Internacional

De acordo com Glauteice Guedes, et al.⁷⁴, a mobilidade acadêmica internacional é tida como uma das mais importantes estratégias de internacionalização; ela é crucial para a formação dos estudantes, pois permite aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para que o indivíduo possa experimentar o mundo globalizado, para além de interagir num mercado de diversas culturas e contribuir para o progresso social e tecnológico do seu país.

A mobilidade, para além de permitir o estudante realizar sua graduação ou pós-graduação inteira no exterior, permite, igualmente, que o estudante realize apenas cursos de Verão e também passe um determinado período na universidade de acolhimento⁷⁵. Entretanto, a decisão de realizar a mobilidade internacional, em suas diferentes formas, pode ser estimulada ou impossibilitada pelas características pessoais do indivíduo, tais como género, contexto socioeconómico, competência linguística e personalidade⁷⁶.

Para Jane Knight⁷⁷, não há dúvidas de que a mobilidade estudantil internacional traz benefícios diversos e abundantes para os estudantes, instituições de origem e de acolhimento, suas famílias, comunidades e sociedade em geral. Por conseguinte, é por conta destes benefícios que, na última década, houve um aumento muito substancial no número de estudantes em mobilidade internacional, totalizando agora mais de 3,7 milhões em todo o mundo⁷⁸.

Na opinião de Brooks & Waters⁷⁹, o aumento da mobilidade estudantil está associado a introdução de um currículo mais internacional em muitas áreas das universidades de todo mundo; maior diversidade de corpos estudantis em muitas IES; novas parcerias internacionais; e uma visão mais cosmopolita entre aqueles que optam por estudar no exterior. O aumento da mobilidade estudantil

⁷⁴ GUEDES, Glauteice. et al. Mobilidade estudantil internacional: a experiência de estudantes de graduação em Enfermagem. *Rev. Esc. Enferm.* 2018, p. 2.

⁷⁵ TORRES, Bruno et al. Mobilidade acadêmica internacional: Seleção de alunos utilizando uma abordagem multicritério. *Revista Espacios*, 38(35), 2017, p. 13.

⁷⁶ FINDLAY, Allan. M. et al. World class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility. *Trans. Inst. Br. Geogr.*, 37(1), 2012, p. 119.

⁷⁷ KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 2012, p. 21.

⁷⁸ BANKS, Melissa & BHANDARI, Rajika. Global Student Mobility. Em: H. d. W. J. D. H. T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 380.

⁷⁹ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 137.

está, igualmente, associado ao facto de permitir que alguns estudantes obtenham melhor apoio financeiro e / ou paguem taxas mais baixas no exterior do que dentro de seu próprio país⁸⁰.

Mais especificamente, para os estudantes, a mobilidade académica pode ser motivada por aspectos como vantagem comercial, obtenção de conhecimento, aprendizado de outro idioma e aperfeiçoamento do currículo⁸¹. Adicionalmente, muitos vêem ganhos na empregabilidade, visto que se desenvolvem *networks*, chances de aprendizado, habilidades referentes a entendimento cultural, características pessoais e modos de pensar⁸².

Por sua vez, as universidades e os países, no geral, são motivadas a realizar a mobilidade estudantil movidas principalmente pelo desejo de erguer perfil e reputação internacionais, desenvolver estudantes e colaboradores com melhores competências e habilidades, produzir pesquisas e conhecimentos, gerar renda e buscar alianças estratégicas⁸³.

Embora parte considerável da literatura existente aponte, em grande medida, para os aspectos positivos da mobilidade académica internacional, existem outros escritos que abordam aspectos menos positivos da mobilidade internacional. Neste âmbito, Brooks & Waters⁸⁴ argumentam que as oportunidades de aprender sobre diferentes culturas dentro da sala de aulas são limitadas, pelo menos nos países ocidentais, por conta do domínio dos corpos ocidentais de conhecimento.

Ademais, Altbach & Knight⁸⁵ afirmam que mobilidade académica internacional favorece sistemas e instituições de ensino bem desenvolvidos, agravando, deste modo, as desigualdades educacionais e sociais existentes. Tais desigualdades são verificadas em dois níveis: entre indivíduos e entre nações e / ou regiões geográficas⁸⁶. Com efeito, há evidências que sugerem que os modos ocidentais de pensamento e as abordagens para a criação de conhecimento são frequentemente

⁸⁰ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 138.

⁸¹ ALTBACH, Philip G. & KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3), 2007, p. 93.

⁸² TORRES, Bruno et al. Mobilidade académica internacional: Selecção de alunos utilizando uma abordagem multicritério. *Revista Espacios*, 38(35), 2017, p. 14.

⁸³ KNIGHT, Jane. *Higher Education in Turmoil - The Changing World of Internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers, 2008, p. 28.

⁸⁴ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Op cit.* p. 152.

⁸⁵ ALTBACH, Philip G. & KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3), 2007, p. 28.

⁸⁶ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Op cit.* p. 155.

usados pelos estudantes dos países do Sul, que beneficiam de mobilidade, para criticar as práticas domésticas quando regressam aos seus países de origem⁸⁷.

Embora as actividades Sul-Sul estejam aumentando, especialmente na Ásia e na África, as instituições e corporações do Norte possuem a maior parte do conhecimento, produtos de científicos e infra-estrutura de tecnologias de informação⁸⁸.

Igualmente, uma vez que a busca pela educação internacional pode ser vista como parte de uma estratégia mais ampla para obter distinção de outros graduados em um sistema de Ensino Superior de massa e dentro de um mercado de trabalho de pós-graduação cada vez mais congestionado⁸⁹, a mobilidade académica internacional ainda parece ser muito mais prevalente entre grupos com altos níveis de capital económico, cultural e social e correlacionada fortemente com privilégios sociais.

2.2 Enquadramento Teórico

2.2.1 Teoria de Sistemas Dinâmicos (DST)

Considerando que a internacionalização do Ensino Superior é um processo e não um produto final, a presente pesquisa apoiou-se na Teoria de Sistemas Dinâmicos (DST), apresentada por Jiangyuan Zhou⁹⁰, para uma melhor compreensão da internacionalização do Ensino Superior e, conseqüentemente, das acções levadas a cabo pelas universidades e, em particular, pela Universidade Eduardo Mondlane, com vista a integrar uma dimensão internacional às suas principais funções.

A DST define sistemas dinâmicos como os sistemas de elementos que mudam ao longo do tempo, ou seja, o sistema adinâmico está em constante desenvolvimento, em vez de fixo e estático. Ao interagir com o ambiente com frequência, o sistema continua reorganizando-se internamente e, portanto, reconstruindo todo o sistema continuamente, ao longo do tempo e dos contextos⁹¹.

A DST propõe que um sistema dinâmico seja composto por muitos subsistemas, com os mesmos princípios dinâmicos operando em cada nível. Esses subsistemas, incluindo todas as suas variáveis,

⁸⁷ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 157

⁸⁸ ALTBACH, Philip G. & KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3), 2007, p. 28.

⁸⁹ BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Op cit.* p. 156.

⁹⁰ ZHOU, Jiangyuan. A Dynamic Systems Approach to Internationalization of Higher Education. *Journal of International Education and Leadership*, 6(1), 2016. pp. 1-14.

⁹¹ *Ibid.* p. 2.

estão completamente interconectados. As variáveis interagem continuamente entre si e, ao fazer isso, as alterações em uma variável ou subsistema terão impacto em todo o sistema através do processo de auto-organização⁹².

De acordo com Jiangyuan Zhou⁹³, a internacionalização do Ensino Superior é, na verdade, um sistema dinâmico, pois a internacionalização molda as missões e os objectivos das instituições e, portanto, muda todos os aspectos do Ensino Superior e, conseqüentemente, possui uma diversidade de variáveis que interagem entre si, o que torna a internacionalização um sistema complexo⁹⁴.

Neste modelo, Jiangyuan Zhou⁹⁵ apresenta cinco níveis nos quais ocorre a internacionalização do Ensino Superior:

- i. O nível global é o nível mais amplo e se refere à internacionalização que ocorre no contexto global, como as habilidades essenciais para todos os estudantes do século XXI.
- ii. O segundo nível é o nível nacional, que reflecte a situação e as necessidades únicas da internacionalização em um país específico.
- iii. O terceiro nível é o nível institucional, que se refere à internacionalização em instituições individuais, com tópicos como missões institucionais de internacionalização ou vários programas internacionais no campus.
- iv. O quarto nível é o nível do programa, que envolve definições ou requisitos específicos de internacionalização em várias disciplinas, como internacionalização em economia ou educação.
- v. O quinto nível (o nível mais compactado) é o nível pessoal. Refere-se a actividades e habilidades individuais de internacionalização, como cursos e capacitação de professores, actividades curriculares e extracurriculares de estudantes ou desenvolvimento profissional de funcionários em questões de internacionalização.

⁹² ZHOU, Jiangyuan. A Dynamic Systems Approach to Internationalization of Higher Education. *Journal of International Education and Leadership*, 6(1), 2016. p. 2

⁹³ *Ibid.* p. 3.

⁹⁴ *Ibid.* p. 2

⁹⁵ *Ibid.* p. 3.

Segundo Jiangyuan Zhou⁹⁶, em cada nível, a internacionalização tem cinco componentes: Propósitos, Programas, Abordagens, Projectos e Resultados. Esses componentes são as respostas para quatro questões-chave da internacionalização. Com efeito, os Propósitos respondem à primeira pergunta: Por que o sujeito deseja internacionalização? Portanto, os propósitos representam as metas e os objectivos gerais da internacionalização do sujeito, como a missão ou o plano estratégico de um país ou de instituição individual.

Os Programas são a resposta para a segunda pergunta: Onde o sujeito precisa de internacionalização? Os programas se referem às áreas em que a internacionalização realmente acontece. Tais áreas exigem desenvolvimentos da internacionalização para atingir suas funções ou objectivos.

As Abordagens e Projectos respondem à terceira pergunta: Como o sujeito alcança a internacionalização? Abordagens são os métodos para alcançar os objectivos da internacionalização em vários programas. Por sua vez, os Projectos correspondem às actividades específicas de internacionalização – são a menor unidade de internacionalização e a mais diversificada e dinâmica também.

Os Resultados são a resposta para a quarta pergunta: O que o sujeito obtém da internacionalização? Os resultados são o produto final da internacionalização, ou seja, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem entender as culturas e eventos mundiais; analisar sistemas globais; apreciar diferenças culturais; e aplicar esse conhecimento nas suas vidas como cidadãos e trabalhadores⁹⁷.

Deste modo, as cinco componentes acima mencionadas, permitem perceber, para além da complexidade, os objectivos, as áreas, os métodos, actividades e produto final da internacionalização para as IES. Para o caso em estudo, a missão e visão da UEM permitem entender como a internacionalização se liga às suas principais funções de ensino, investigação e extensão.

⁹⁶ ZHOU, Jiangyuan. A Dynamic Systems Approach to Internationalization of Higher Education. *Journal of International Education and Leadership*, 6(1), 2016.

⁹⁷ *Ibid.* p. 5.

A UEM tem como missão “produzir e disseminar o conhecimento científico e promover a inovação através da investigação como fundamento dos processos de ensino-aprendizagem e extensão, educando as gerações com valores humanísticos de modo a enfrentarem os desafios contemporâneos em prol do desenvolvimento da sociedade”⁹⁸. Por sua vez, definiu como sua visão “ser uma universidade de referência nacional, regional e internacional na produção e disseminação do conhecimento científico e na inovação, destacando a investigação como alicerce dos processos de ensino-aprendizagem e extensão”⁹⁹.

Com efeito, tais desideratos não podem ser alcançados sem a promoção da internacionalização nas áreas do ensino, da investigação e da extensão. A missão e visão da UEM realçam a importância da investigação científica para a produção e disseminação de conhecimento científico e promoção da inovação. No entanto, é com a promoção da internacionalização que se fortalece a capacidade institucional de pesquisa e de produção de conhecimento, enquanto se aperfeiçoa a diversidade e qualidade da pesquisa¹⁰⁰.

Especificamente, a internacionalização permite, entre outros benefícios, a participação de docentes e investigadores em equipas internacionais de investigação; intercâmbio de docentes e de corpo técnico-administrativo (CTA)¹⁰¹. É em face disso que a UEM tem fomentado a cooperação internacional com várias instituições de renome nos diferentes continentes, com o objectivo de promover actividades de pesquisa que permitam o aprimoramento do treinamento e da educação de estudantes para, subsequentemente, criar programas de pesquisa focados na UEM¹⁰².

Ademais, no seu plano estratégico 2018-2028, a UEM justifica, igualmente, a necessidade de internacionalização, nas áreas do ensino, investigação e extensão, com base no contexto global no qual a instituição está inserida, pois as dinâmicas deste contexto afectam, directa ou indirectamente, a sua forma de estar e de actuar e, por conseguinte, a internacionalização se faz

⁹⁸ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017. p. 17

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ SEEBER, Marco et al. Why do higher education institutions internationalize? An investigation of the multilevel determinants of internationalization rationales. *Higher Education*, 72(5), 2016. p. 688.

¹⁰¹ QUILAMBO, Orlando. *UEM: Fazer da Investigação o Alicerce das Actividades de Ensino-Aprendizagem, Extensão, Governação e Gestão Universitária - Manifesto 2016-2021*. Maputo: Revista Científica da UEM. 2016, pp. 98-99.

¹⁰² GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*, Maputo: UEM, 2014.

necessária para dar resposta às implicações da inter-relação entre factores sociopolíticos, económicos e demográficos globais¹⁰³.

A internacionalização na UEM é implementada de diversas formas, através de actividades que se resumem na dinamização dos programas de mobilidade internacional de docentes, estudantes e corpo técnico-administrativo; implementação de programas internacionais conjuntos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão; desenvolvimento de projectos em equipas internacionais, entre outras.

A Suécia (através da ASDI) é dos mais visíveis e importantes parceiros internacionais que a UEM possui, seguido da Itália e da Bélgica, respectivamente, sendo que o financiamento Sueco para a investigação na UEM foi sempre o mais significativo e abrangente, cobrindo quase todas as unidades orgânicas da UEM¹⁰⁴. A cooperação com a ASDI surgiu em 1978 e tem como principal propósito o fortalecimento dos sistemas de pesquisa na UEM e no país, através do apoio à pesquisa, formação de pós-graduação e desenvolvimento da capacidade institucional para a gestão da pesquisa¹⁰⁵.

O apoio da ASDI tem permitido a muitos moçambicanos se qualificarem para os níveis mestrado e doutoramento, sendo esse facto responsável pelo aumento de publicações de Moçambique em revistas internacionais e nacionais. Adicionalmente, a capacidade nacional de pesquisa, adquirida com a colaboração com a ASDI, permite que o país compartilhe e contribua para o conhecimento público global, para além de trazer conhecimento internacional relevante, abrangendo perspectivas locais.

¹⁰³ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. 8

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *UEM-Sida Research Cooperation Program 2011-2015/17 - Completion Report*, Maputo: UEM, 2018.

CAPÍTULO III: VISÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE

Por estarmos a abordar o tema da internacionalização em uma das IES de Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane, é necessário, antes de mais, fazer uma contextualização do Ensino Superior no país, trazendo uma visão geral do mesmo, incluindo sua evolução, algumas estatísticas, principais políticas adoptadas e principais desafios que acompanham o sector.

3.1 O Ensino Superior em Moçambique

O ensino superior é um subsistema do Sistema Nacional de Educação (SNE) e abrange os diferentes tipos e processos de ensino e aprendizagem oferecidos por estabelecimentos de ensino pós-secundário, autorizados a constituírem-se como IES pelas autoridades competentes, cujo acesso está condicionado ao preenchimento de requisitos específicos¹⁰⁶.

Salimo & Gouveia¹⁰⁷ apontam para a existência de três leis principais que marcaram o sector do ensino superior moçambicano, desde a independência em 1975, nomeadamente, a Lei n.º 1/93, de 24 de Junho; a Lei n.º 5/2003, de 21 de Janeiro e a Lei n.º 27/ 2009, de 29 de Setembro. A primeira lei sobre o Ensino Superior, a Lei n.º 1/93, de 24 de Junho, significou a descentralização do Ensino Superior, uma vez que a organização e governação do Ensino Superior desde a independência foram feitas de acordo com a visão socialista da sociedade e com base na planificação centralizada do Estado¹⁰⁸.

A alteração da Lei n.º 1/93, de 24 de Junho e criação, em sua substituição, da Lei n.º 5/2003, de 21 de Janeiro, ocorreu como resultado da complexidade que se gerou na gestão do Ensino Superior devido ao aumento de actividade no sector. Assim, surgiu a necessidade de se proceder, ao que em matéria de regulamentação visou, essencialmente, o Controlo da Qualidade¹⁰⁹.

Por último, a Lei n.º 27/ 2009, de 29 de Setembro, foi criada com o propósito de fazer frente aos constantes desafios que afectam a governabilidade do sector do Ensino Superior e adequar o conteúdo da anterior lei ao desenvolvimento do Ensino Superior em Moçambique e ao surgimento

¹⁰⁶ MINED. Lei n.º 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior. Em: C. I. C. Premugy, ed. *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, 2012, p. 29.

¹⁰⁷ SALIMO, Gabriel Ismael & GOUVEIA, Luís Borges. *Ensino Superior em Moçambique. Os desafios da gestão na Era Digital*, Porto: TRS - Tecnologia, Redes e Sociedade, 2016, p. 5.

¹⁰⁸ LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014, p. 366.

¹⁰⁹ SALIMO, Gabriel Ismael & GOUVEIA, Luís Borges. *Op cit.*

de novas IES. Estas leis, por sua vez, se juntam a um conjunto fundamental de instrumentos, criados nos últimos anos, com vista regulamentar o Ensino Superior, na busca de harmonização de regras para o seu funcionamento.

A Lei nº 27/2009, de 29 de Setembro, distingue IES públicas de IES privadas, sendo que as primeiras são aquelas cuja receita tem como fonte principal o Orçamento de Estado (OE) e são por este supervisionadas, e as segundas são aquelas pertencentes a pessoas colectivas privadas ou mistas, cujas principais fontes de receita são privadas, podendo-se classificar em lucrativas e não lucrativas e revestir a forma de associação, fundação, sociedade comercial ou cooperativa¹¹⁰.

Sendo que IES são pessoas colectivas de direito público ou privado, com personalidade jurídica, que gozam de autonomia científica e pedagógica, administrativa, disciplinar, financeira e patrimonial, e se classificam consoante a sua missão ou tipo de propriedade e financiamento¹¹¹, podemos, de acordo com a Lei nº 27/2009, de 29 de Setembro, classificá-las em:

- i. **Universidades:** instituições que possuem capacidade humana e material para o ensino, investigação científica e extensão em vários domínios do conhecimento, oferecendo uma formação teórica e académica, estando autorizadas a outorgar graus e diplomas académicos;
- ii. **Institutos Superiores:** instituições especializadas associadas ou não a uma universidade, que se dedicam à formação e investigação no domínio das ciências e da tecnologia ou das profissões, bem como à extensão e que estão autorizadas a outorgar graus e diplomas académicos;
- iii. **Escolas Superiores:** IES associadas ou não a uma universidade, a um instituto superior ou a uma academia, que se dedicam ao ensino num determinado ramo do conhecimento e à extensão e que estão autorizadas a outorgar graus e diplomas académicos;
- iv. **Institutos Superiores Politécnicos:** IES filiadas ou não a uma universidade, que proporcionam estudos gerais ou uma formação profissional e que estão autorizadas a

¹¹⁰ MINED. Lei nº 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior. Em: C. I. C. Premugy, ed. *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, 2012, p. 31.

¹¹¹ *Ibid.* p.33

outorgar certificados e todos os graus académicos, excepto o de Doutor, reservando-se a atribuição de graus de pós-graduação aos institutos politécnicos filiados;

- v. **Academias:** IES que se dedicam ao ensino em áreas específicas, nomeadamente, as artes, a literatura, habilidades técnicas tais como as militares e policiais, a formação especializada e o comércio, estando autorizadas a outorgar graus e diplomas académicos.

Esta composição do Ensino Superior moçambicano por instituições universitárias, academias, escolas e institutos superiores reflecte a diferenciação e diversificação do sistema, estimulada pelas diferentes partes interessadas, tanto governamentais como não-governamentais¹¹² que, depois da adopção da nova Constituição em Moçambique, em 1990, beneficiaram de abertura de espaço para criar IES.

3.2 Evolução do Ensino Superior em Moçambique e Principais Desafios

O Ensino Superior em Moçambique tem 58 anos e sua construção começou no mesmo período do início da luta pela independência¹¹³. Segundo este autor, o Ensino Superior desenvolveu-se juntamente com o processo e as vicissitudes trazidas pela independência, com suas funções definidas claramente de acordo com as opções ideológicas, políticas e estratégicas adoptadas pelo governo.

Com efeito, a primeira IES criada foi a Universidade Eduardo Mondlane, em 1962, então conhecida como Estudos Gerais Universitários, que mais tarde foi denominada Universidade de Lourenço Marques. Esta universidade foi criada com o objectivo de produzir funcionários que pudessem servir a revolução moçambicana - técnica, científica e ideologicamente preparada¹¹⁴.

A criação dos Estudos Gerais Universitários foi através do decreto 44.530, de 21 de Agosto, e foi uma resposta às críticas dos movimentos nacionalistas que acusavam as colónias portuguesas de nada fazer pelo desenvolvimento dos povos das colónias¹¹⁵.

¹¹² LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014. p. 372.

¹¹³ ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, Julho-Setembro, Volume 10, 2012, p. 47.

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ TERCENIANO, Fidel & Natha, Miguel. Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1(7), 2016, p. 80.

Posteriormente, em 1985, como resultado de uma visão estratégica baseada na necessidade de coordenar melhor a formação de pessoal para o sector educacional, a Universidade Pedagógica foi fundada, com a designação de Instituto Superior Pedagógico (ISP), cujo objectivo principal era formar professores para todos os níveis do Sistema Nacional de Educação¹¹⁶.

Após a criação do Instituto Superior Pedagógico, o governo fundou o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), em 1986, com a missão de treinar técnicos em Relações Internacionais e Diplomacia¹¹⁷.

Posteriormente, foi criada a primeira Lei do Ensino Superior em 1993 (Lei nº 1/93, de 24 de Junho), que foi um dos principais marcos do Ensino Superior moçambicano. Na verdade, esta lei foi criada no contexto da adopção de uma nova Constituição em Moçambique (em 1990), significando a abertura de espaço para a introdução da democracia multipartidária e liberalização da economia. Este cenário permitiu, conseqüentemente, a intervenção do sector privado no Ensino Superior e a contínua expansão de instituições públicas à escala nacional¹¹⁸, abrindo assim uma nova era no Ensino Superior moçambicano.

Deste modo, de um país que possuía apenas três instituições públicas de Ensino Superior, até 1990, começamos a testemunhar a criação de instituições privadas de Ensino Superior com a Universidade Católica de Moçambique (UCM), o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) e o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM) sendo as primeiras¹¹⁹.

A partir da década 90, o Ensino Superior teve um crescimento exponencial de IES e a sua respectiva população¹²⁰ que, actualmente, o país conta com cerca de 53 IES, entre universidades, academias, escolas superiores, institutos superiores, o que ilustra a diversificação do sistema.

¹¹⁶ ALBERTO, Adalberto et al. *Plano Estratégico da Universidade Pedagógica 2011-2017*, Maputo: Publifix, Lda, 2010, p. 19.

¹¹⁷ LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014. p. 366.

¹¹⁸ *Ibid.*

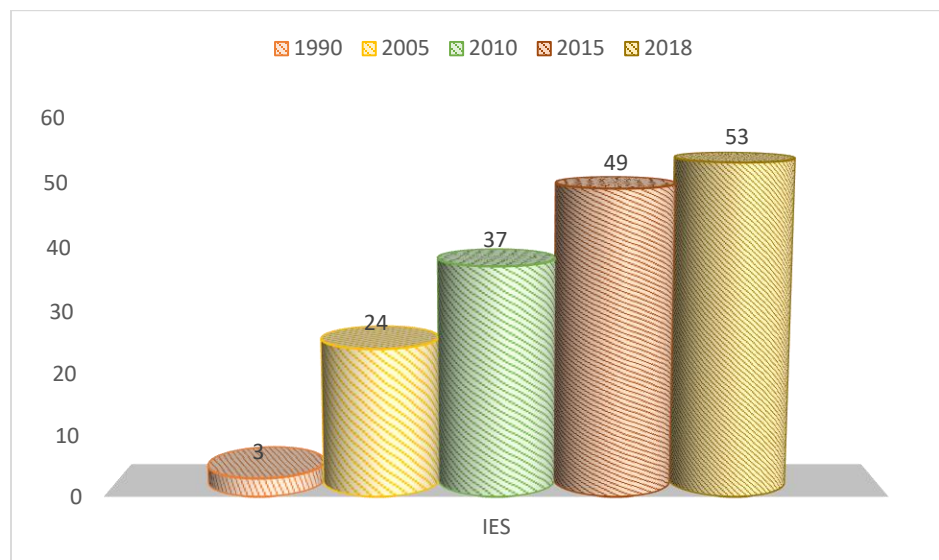
¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ SALIMO, Gabriel Ismael & GOUVEIA, Luís Borges. *Ensino Superior em Moçambique. Os desafios da gestão na Era Digital*, Porto: TRS - Tecnologia, Redes e Sociedade, 2016, p. 5.

Desse número, 22 instituições são públicas e 31 são privadas. O número total de alunos chega a 200649¹²¹.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do número de IES, no período de 1990 a 2018.

Gráfico 1 - Evolução das instituições de Ensino Superior de 1990 a 2018



Fonte: Cumaio, et al.¹²²; MCTESTP¹²³

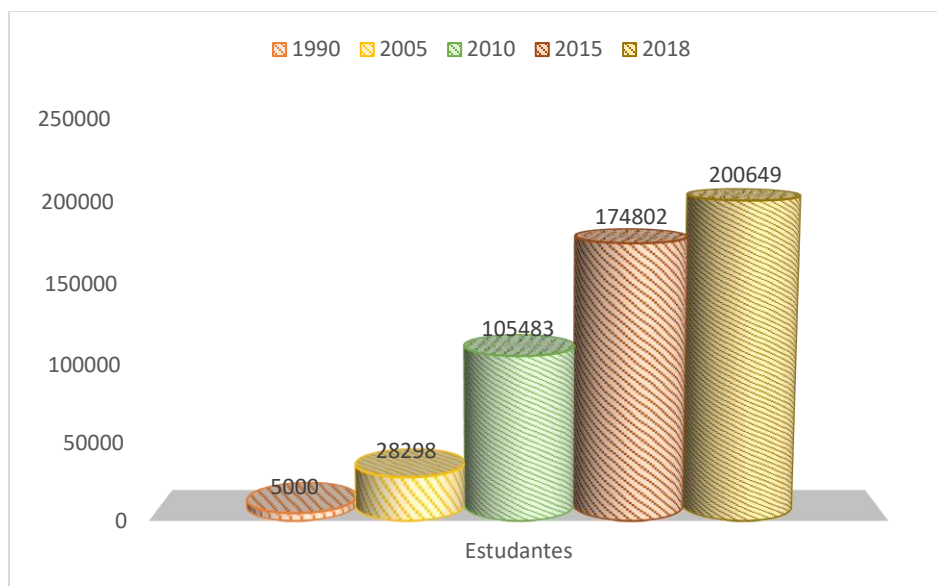
O gráfico abaixo ilustra a evolução do número total de alunos, no período de 1990 a 2018.

Gráfico 2 - Evolução do número total de alunos de 1990 a 2018

¹²¹ INE. *Anuário Estatístico 2017 - Moçambique*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2018, p. 36.

¹²² CUMAIO, Garciano et al. *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior, 2015*, Maputo: MCTESTP, 2016.

¹²³ MCTESTP, *Instituições de ES*. 2018. [Online] Disponível em: <https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES> [Acedido em 18 de Novembro de 2018].



Fonte: Cumaio, et al.¹²⁴; INE¹²⁵

Uma análise dos gráficos acima mostra que, em 1990, apenas cerca de 5000 pessoas estavam no Ensino Superior, em três IES disponíveis. Esse número aumentou bastante, de modo que em 2005 havia 28298 estudantes no Ensino Superior, em 24 instituições disponíveis. Nos dez anos seguintes, o número de IES aumentou, de forma constante, atingindo 49 IES em 2015, e 53 em 2018, respectivamente.

Por outro lado, de 1990 a 2010, o número de estudantes no Ensino Superior havia aumentado em cerca de 73,2%, atingindo um total de 105483 estudantes, que foram, posteriormente, afixados em 200649, em 2018. Em geral, pode-se observar que entre 1990 e 2018, o número de estudantes aumentou ao mesmo tempo que crescia o número de IES.

Em meio a esse cenário de crescente número de instituições e estudantes, o Ensino Superior em Moçambique é confrontado com alguns desafios centrais, principalmente relacionados à qualidade da educação, infra-estruturas e financiamento¹²⁶.

Embora o governo considere a expansão territorial do Ensino Superior um meio de responder aos desafios de desenvolvimento do país, Edgar Barroso¹²⁷ argumenta que esse aumento maciço tanto

¹²⁴ CUMAIO, Garciano et al. *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior, 2015*, Maputo: MCTESTP, 2016.

¹²⁵ INE. *Anuário Estatístico 2017 - Moçambique*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2018, p. 36.

¹²⁶ TERCENCIANO, Fidel & Natha, Miguel. Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1(7), 2016, p. 80.

¹²⁷ BARROSO, Edgar. *O Ensino Superior em Moçambique: entre os discursos políticos e a realidade*. 2016. [Online] Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/governance/o-ensino-superior-em-mo%C3%A7ambique-entre-os->

das IES, bem como dos estudantes apresenta ameaças à qualidade da própria educação. Nesse contexto, Patrício Langa¹²⁸ comenta que essa expansão do Ensino Superior deve ser acompanhada de uma melhoria contínua da qualidade da educação oferecida pelas instituições, prestando atenção especial ao atendimento dos padrões de qualidade para um treinamento dinâmico e competitivo.

Além disso, Edgar Barroso¹²⁹ afirma que uma das principais restrições derivadas da expansão do Ensino Superior em Moçambique é o déficit de infra-estruturas físicas e tecnológicas. De facto, a referida expansão do Ensino Superior no país não foi seguida pela expansão adequada de salas de aula, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, tecnologias de informação e comunicação, anfiteatros, etc.¹³⁰.

Assim, embora o Ensino Superior em Moçambique tenha se tornado acessível em escala nacional, torna-se necessário fortalecer a ideia de que ainda há muito o que fazer para melhorar as infra-estruturas físicas e tecnológicas¹³¹, ou seja, mais do que expandir, é preciso melhorar os padrões e a qualidade de Ensino Superior em Moçambique¹³².

Hoje, a internacionalização do Ensino Superior é, igualmente, vista como um meio de melhorar a qualidade da educação¹³³. Por conseguinte, a tradução e aquisição de conhecimento, a mobilização de talentos em apoio à pesquisa global e a preparação do currículo com conteúdo internacional são considerados os benefícios da internacionalização do Ensino Superior¹³⁴.

É sabido que as IES são incumbidas com o papel de produzir conhecimento sendo a pesquisa, por conseguinte, um aspecto relevante. Por esta razão, a internacionalização é de extrema importância

discursos-pol%C3%ADticos-e-realidade

[Acessado em 16 de Maio de 2017].

¹²⁸ LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014, p. 366

¹²⁹ BARROSO, Edgar. *O Ensino Superior em Moçambique: entre os discursos políticos e a realidade*. 2016. [Online] Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/governance/o-ensino-superior-em-mo%C3%A7ambique-entre-os-discursos-pol%C3%ADticos-e-realidade>

[Acessado em 16 de Maio de 2017].

¹³⁰ ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, Julho-Setembro, Volume 10, 2012, p. 50.

¹³¹ *Ibid.*

¹³² TERCENIANO, Fidel & Natha, Miguel. Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1(7), 2016, p. 80.

¹³³ ABDOULI, Touhami. Higher Education Internationalization and Quality Assurance in North-South Cooperation. *International Journal of Euro-Mediterranean Studies*, 1(2), 2008, p. 244.

¹³⁴ JIBEEN, Tahira & KHAN, Masha Assad. Internationalization of Higher Education: Potential Benefits and Costs. *International Journal of Evaluation and Research in Education (IJERE)*, 4(4), 2015, p. 196.

para aquisição de uma educação de qualidade e para o fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento.

No entanto, o processo de internacionalização do Ensino Superior é, muitas vezes, complexo e multifacetado. Isso ocorre devido a alguns desafios que acompanham o processo.

3.3 A Internacionalização do Ensino Superior em Moçambique e seus principais desafios

IES desenvolvem suas próprias estratégias para internacionalizar suas pesquisas e seu ensino¹³⁵. O processo de internacionalização do Ensino Superior não é linear e, em regra geral, implica uma variedade de desafios nos diferentes contextos em que ela ocorre. A seguir são discutidos alguns dos principais obstáculos ou desafios da internacionalização do Ensino Superior, com ênfase para aqueles considerados mais críticos no contexto moçambicano e africano, no geral.

3.3.1 Políticas e estratégias orientadoras governamentais sobre internacionalização

A internacionalização do Ensino Superior é amplamente considerada como uma prioridade estratégica para os governos em todo o mundo, devido aos benefícios económicos, políticos, sociais e académicos a ela associados¹³⁶. Nesse contexto, os governos dos países podem desempenhar um papel activo ou passivo na internacionalização do Ensino Superior¹³⁷.

Os governos interessados nos benefícios da internacionalização tendem a assumir papéis activos no processo. Eles são motivados pela oportunidade de atrair mão-de-obra qualificada, produzir renda, desenvolver intercâmbio, cooperação e fornecer alternativas lucrativas às oportunidades de educação doméstica¹³⁸.

Entre os papéis que os governos podem desempenhar, há o papel de desenhador de estratégia nacional e planeador de programas¹³⁹, em que o governo é responsável pelo desenho de todos os

¹³⁵ ZOLFAGHARI, Akbar et al. Internationalization of higher education: Challenges, strategies, policies and programs. *US-China Education Review*, 6(5), 2009, p. 2.

¹³⁶ CRĂCIUN, Daniela. National Policies for Higher Education Internationalization: A Global Comparative Perspective. Em: A. Curaj, L. Deca & R. Pricopie, edits. *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*. Cham: Springer International Publishing AG, 2018.

¹³⁷ LI, Fuhui. The Internationalization of Higher Education in China: The Role of Government. *Journal of International Education Research*, 12(1), 2016, p. 47.

¹³⁸ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 37.

¹³⁹ LI, Fuhui. *Op cit.*, p. 49.

documentos de políticas educacionais. Como resultado, o processo de internacionalização do Ensino Superior deve ser planejado e programado pelo governo.

Um estudo, desenvolvido por Daniela Crăciun¹⁴⁰ apresenta dados sobre a disseminação das políticas nacionais de internacionalização em todo o mundo. A autora do estudo conclui que o pensamento estratégico sobre internacionalização do Ensino Superior não é um fenómeno muito difundido, sendo que 80% dos países do mundo não possui qualquer estratégia nacional de internacionalização do Ensino Superior¹⁴¹.

A questão da falta de políticas ou estratégias sobre a internacionalização torna-se problemática em países onde as universidades dependem, amplamente, do dinheiro público, pois, não ter uma direcção coerente para a internacionalização, em nível nacional, pode limitar o escopo e prejudicar a eficácia das estratégias de internacionalização em nível institucional¹⁴².

Por outro lado, enquanto alguns podem argumentar que seria mais eficiente deixar as próprias IES decidirem o que fazer, abordagens estratégicas mais centralizadas e abrangentes, tem o benefício de abarcar as prioridades nacionais mais amplas, incluindo desenvolvimento económico, ciência e tecnologia, migração e comércio¹⁴³.

Nesse âmbito, Wit¹⁴⁴ afirma que a questão da falta de políticas ou estratégias sobre a internacionalização se agrava nos países menos desenvolvidos, particularmente na África, pois tais estratégias e políticas não existem. Ou seja, no continente africano, não existe qualquer país que possua uma estratégia nacional de internacionalização do Ensino Superior¹⁴⁵. Este facto se deve,

¹⁴⁰ CRĂCIUN, Daniela. National Policies for Higher Education Internationalization: A Global Comparative Perspective. Em: A. Curaj, L. Deca & R. Pricopie, edits. *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*. Cham: Springer International Publishing AG, 2018.

¹⁴¹ *Ibid.* p. 100.

¹⁴² *Ibid.* p. 103.

¹⁴³ MATEI, Liviu & IWINSKA, Julia. National Strategies and Practices in Internationalisation of Higher Education: Lessons from a Cross-Country Comparison. Em: A. Curaj, L. Deca, E. Egron-Polak & J. Salmi, edits. *Higher Education Reforms in Romania - Between the Bologna Process and National Challenges*. Cham: Springer, 2015, p. 206.

¹⁴⁴ WIT, Hans de. *Internationalization as National Policy*. 2015. [Online] Disponível em: <https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/internationalization-national-policy> [Acessado em 20 de Novembro de 2019].

¹⁴⁵ CRĂCIUN, Daniela. *Op cit.*, p. 101.

em grande medida, à fraquezas da gestão interna das instituições educacionais do continente e aos factores que caracterizam seu ambiente operacional¹⁴⁶.

Assim, pensar estrategicamente na internacionalização do Ensino Superior parece, principalmente, um fenómeno de países desenvolvidos, se considerarmos que 77% dos países que possuem uma estratégia de internacionalização do Ensino Superior são membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), instituição que reúne as maiores economias do mundo.

De forma particular, ao se avaliar o papel do governo moçambicano no processo de internacionalização do Ensino Superior, pode-se constatar que o mesmo tem desempenhado um papel passivo. Embora tenham sido desenvolvidos políticas e regulamentos sobre o Ensino Superior, com o objectivo de harmonizar e consolidar procedimentos para o funcionamento efectivo e eficiente do Ensino Superior¹⁴⁷, nenhuma política foi projectada, especificamente, para governar ou orientar o processo de internacionalização do Ensino Superior.

O Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020), embora defina algumas estratégias e acções prioritárias para a internacionalização, reconhece a não existência de uma política de internacionalização do Ensino Superior em Moçambique, que promova a qualidade e relevância¹⁴⁸. Uma das consequências desse facto é que, a nível micro, existem poucas IES em Moçambique que, por sua vez, têm uma política sistematizada de internacionalização e, como corolário, existem IES que se limitam a viver o seu dia-a-dia¹⁴⁹, dedicando-se quase que exclusivamente ao ensino¹⁵⁰.

Adicionalmente, embora o Protocolo de Educação da SADC, assinado em 1997, forneça o quadro político para a cooperação regional e a integração de todo o sector da educação na região, ele não pode ser considerado uma política de internacionalização a nível regional. Além disso, este Protocolo não aborda a especificidade de cada país da região.

¹⁴⁶ KASENENE, E. S. Obstacles to the Internationalisation of Higher Education in Africa: The Case of Uganda. *Makerere Journal of Higher Education*, 3(1), 2011, p. 78

¹⁴⁷ MINED. Lei n° 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior. Em: C. I. C. Premugy, ed. *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, 2012, p. 6.

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 78

¹⁴⁹ ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, Julho-Setembro, Volume 10, 2012, p. 50.

¹⁵⁰ BARROSO, Edgar. As dinâmicas globais de internacionalização do Ensino Superior, a contra-narrativa africana e o caso de Moçambique. *Educação, Sociedade & Culturas*, 2018, p 149.

3.3.2 Limitações Financeiras

O financiamento é vital para a internacionalização do Ensino Superior¹⁵¹ pois a realização de várias iniciativas e programas da internacionalização depende da existência de fundos. Jane Knight¹⁵² fornece exemplos dos tipos de programas e iniciativas de que carecem de financiamento, estes incluem:

- Participação e filiação em Redes e Associações Internacionais;
- Promoção de programas de intercâmbio de estudantes;
- Envio de pesquisadores para o exterior e convite de pesquisadores estrangeiros;
- Bolsas para estudantes internacionais;
- Subsídios para introdução de conteúdo internacional no currículo;
- Co-financiamento de projectos de pesquisa científica internacional;
- Promoção de estágios estudantis no exterior;
- Capacitação e outros programas de cooperação para o desenvolvimento;
- Etc.

Todavia, limitações financeiras existem e são consideradas um dos principais obstáculos ao processo de internacionalização. Aliás, o financiamento ao subsector do Ensino Superior é dos principais desafios enfrentados pelos governos em todo o mundo, e esta realidade tende a ser mais severa nos países africanos, pelo facto do Ensino Superior concorrer com outros sectores considerados mais prioritários, em termos de financiamento, tais como o Ensino Fundamental e Médio, saúde pública, habitação, infra-estrutura económica e segurança social¹⁵³.

Com efeito, Tambe, et al.¹⁵⁴, acrescentam que o impacto da inadequação de financiamento ao Ensino Superior público varia de país para país e de acordo com a localização geográfica, sendo que nos países do hemisfério Norte, muitas instituições públicas encontram formas de minorar a

¹⁵¹ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 11.

¹⁵² KNIGHT, Jane. Internationalization of higher education: practices and priorities. *Quarterly Journal of International Association of Universities*, 1(4), 2003, p. 21.

¹⁵³ JOAQUIM, José. *Financiamento do Ensino Superior em Moçambique: A Participação dos estudantes/famílias na província de Gaza*, 2017, pp. 4-5. [Online] Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/21-Financiamento-do-ensino-superior-em-Mocambique.pdf>

[Acedido em 10 de Dezembro de 2019].

¹⁵⁴ TAMBE, Telma. et al. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. *Jornal de Políticas Educacionais*, 13(33), 2019, p. 5.

falta de investimento público ao Ensino Superior, por meio de financiamento privado, resultante de um crescimento da população de classe média¹⁵⁵. Porém, nos países do Sul, os impactos negativos do fluxo insuficiente de financiamento são manifestos e enérgicos.

Tal como se afirmou anteriormente, as IES públicas moçambicanas enfrentam a falta de recursos para financiar, de forma plena, os seus orçamentos de funcionamento e de investimento¹⁵⁶. De acordo com Tambe, et al.¹⁵⁷, este desajuste do financiamento ao Ensino Superior moçambicano funda-se na excessiva dependência do Estado em relação ao financiamento externo. Nesse contexto, Wangenge-Ouma & Langa¹⁵⁸ descrevem o financiamento ao Ensino Superior moçambicano, pelo Estado, como inadequado e incerto, afirmando, por exemplo, que o orçamento total da UEM chegou a depender, em 50-60%, do financiamento de doadores.

Ademais, nos últimos anos, o subsistema do Ensino Geral tem absorvido maior parte do Orçamento do Estado (em mais de 70%), reflectindo a estratégia do governo de Moçambique em priorizar o combate do analfabetismo e elevar os níveis de escolarização básica geral no país¹⁵⁹.

Na verdade, o Ensino Superior acarreta custos sérios. Para além das iniciativas de internacionalização mencionadas acima, é preciso financiar os custos de funcionamento das IES, ou seja, é preciso suportar uma lista infinita de custos directos e indirectos ligados à provisão do Ensino Superior¹⁶⁰.

Em Moçambique, a Estratégia de Financiamento do Ensino Superior, adoptada em 2013, com o principal objectivo de assegurar que as IES respondam às necessidades e prioridades do

¹⁵⁵ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 54.

¹⁵⁶ MUSSAGY, Ibraimo Hassane. O Financiamento das Instituições de Ensino Superior Privadas em Moçambique. Em: A. Barbosa, M. Alves, M. Nazir & M. Vilanculos, edits. *Desafios da Educação: Ensino Superior*. Nampula: Decada das Palavras, 2016, p. 106.

¹⁵⁷ TAMBE, Telma, et al. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. *Jornal de Políticas Educacionais*, 13(33), 2019, p. 5.

¹⁵⁸ WANGENGE-OUUMA, Gerad. & LANGA, Patrício Vitorino. Universities and the mobilization of claims of excellence for competitive advantage. *Higher Education*, 59(6), 2010, p. 756.

¹⁵⁹ MUSSAGY, Ibraimo Hassane. *Op cit.*, p. 106.

¹⁶⁰ LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014, p. 379.

desenvolvimento económico e social do país¹⁶¹, assenta essencialmente no princípio de partilha de custos, ou seja, na comparticipação justa entre governo, estudantes, famílias e empregadores¹⁶².

Deste modo e perante este cenário de escassez de recursos financeiros, as IES moçambicanas enfrentam limitações sérias para levar a cabo as suas iniciativas ou programas de internacionalização. Sucede que estas limitações financeiras afectam, inclusiva e primordialmente, o funcionamento normal das IES. Portanto, uma das alternativas adoptadas pelas IES para adquirir novas formas de financiamento e alargar as fontes já existentes é a abertura de cursos pós-laborais e a introdução de cursos que, nalguns casos, não estão no escopo da sua vocação ou missão, aumentando, desta forma, as suas receitas¹⁶³.

Dada a comprovada importância da internacionalização para aquisição de uma educação de qualidade e para o fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento as IES devem buscar, de forma constante, alternativas para viabilizar as suas iniciativas de internacionalização. Nesse âmbito, Fuhui Li¹⁶⁴ observa que o governo não deve ser o único financiamento para a internacionalização, mas deve ser a principal fonte de recursos. Aliás, em Moçambique, de acordo com Lourenço do Rosário¹⁶⁵, as autoridades governamentais são apontadas como sendo insensíveis no que tange à questão do financiamento, ignorando o facto de que o financiamento está na base do êxito e visibilidade das IES.

Fica evidente que, associado ao ponto discutido acima, o da não existência de uma política de internacionalização do Ensino Superior em Moçambique, a falta de financiamento para actividades de internacionalização está associada ao facto de a internacionalização não ser uma prioridade para o governo moçambicano. Com efeito, a partir do momento em que se integrar a internacionalização do Ensino Superior nas prioridades governamentais, as IES poderão ter possibilidade de acessar recursos financeiros destinados a esta actividade. Enquanto isso não ocorre, outras alternativas

¹⁶¹ MINED. *Estratégia de Financiamento do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, 2013.

¹⁶² LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, 2014. p. 381.

¹⁶³ MUSSAGY, Ibraimo Hassane. O Financiamento das Instituições de Ensino Superior Privadas em Moçambique. Em: A. Barbosa, M. Alves, M. Nazir & M. Vilanculos, eds. *Desafios da Educação: Ensino Superior*. Nampula: Decada das Palavras, 2016, p. 109.

¹⁶⁴ LI, Fuhui. The Internationalization of Higher Education in China: The Role of Government. *Journal of International Education Research*, 12(1), 2016, p. 49.

¹⁶⁵ ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, Julho-Setembro, Volume 10, 2012, p. 54.

para lidar com este desafio podem ser adoptadas, estas incluem iniciativas de pesquisa universitária, parcerias com a indústria local, uso de diplomacia, por meio de apelos a doadores externos e angariação de fundos.

3.3.3 Barreiras linguísticas

O inglês é considerado o latim do século XXI e um idioma que desempenha um papel relevante na internacionalização do Ensino Superior¹⁶⁶. O domínio comercial, primeiro, da Inglaterra e, a seguir, dos Estados Unidos, no século XX, significou a ascensão do inglês como língua global¹⁶⁷. Igualmente, contribuiu para este status a revolução digital, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970, liderada pelos Estados Unidos e que resultou na transformação da forma como os humanos se comunicam na era da informação¹⁶⁸.

Para Hans de Wit¹⁶⁹, a ascensão do inglês, como principal idioma da comunicação científica, é inédita, pois o latim, por muito tempo, dominou a academia na Europa Medieval. Actualmente, o inglês é a língua da comunicação internacional, sendo que nenhuma outra língua se difundiu, tão extensivamente, pelo mundo. Ela é a principal língua dos livros, jornais científicos, mídia, desporto internacional, entretenimento, etc.

De acordo com Rui Yang¹⁷⁰, a razão para uma língua tornar-se global não está muito relacionada com o número de pessoas falantes da mesma, mas sim com o que representam os próprios falantes. Quando estes falantes têm êxito na arena internacional, a sua língua também ascende. Portanto, o presente status global do inglês está, essencialmente, relacionado com a expansão do poder colonial britânico, em finais do século XIX, e com a emergência dos Estados Unidos, como principal potência económica, no século XX¹⁷¹.

Deste modo, à medida que a internacionalização se torna parte da razão de ser das IES, por todo o mundo, o conhecimento do inglês emerge como um elemento essencial para efectivação desse

¹⁶⁶ ROSTAN, Michele. English as “Lingua Franca” and the Internationalization of Academe. *International Higher Education*, Volume 63, 2011, p. 11.

¹⁶⁷ YANG, Rui. An Obstacle or a Useful Tool? The Role of the English Language in Internationalizing Chinese Universities. *Journal of Studies in International Education*, 5(4), 2001, p. 342.

¹⁶⁸ USTYUZHANINA, Elena. et al. The Impact of the Digital Revolution on the Paradigm Shift in the Economic development. *Espacios*, 38(62), 2017, pp. 12-24.

¹⁶⁹ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 13.

¹⁷⁰ YANG, Rui. *Op cit.*, p. 345.

¹⁷¹ *Ibid.*

propósito. Ademais, a realização bem-sucedida de grande parte das actividades de internacionalização, tais como a celebração de protocolos e/ou acordos de cooperação; mobilidade académica; intercâmbio; filiação em organismos internacionais; colaboração em projectos que envolvam parcerias internacionais; envolvimento em redes de pesquisa, formação de graduação e pós-graduação, exige, em grande medida, o conhecimento da língua inglesa.

Segundo Michele Rostan¹⁷², o inglês se consolidou como “língua franca” académica contemporânea e joga um papel muito importante no processo de internacionalização e na visibilidade institucional. Com efeito, há, por exemplo, universidades em países não-falantes da língua inglesa como China, Japão, Portugal, Alemanha, Vietnam e outros, em processo de transformação de seus programas de educação para o uso de inglês como meio de instrução, como alternativa ao ensino nas suas línguas nativas¹⁷³. Adicionalmente, em países cujo inglês não é língua oficial, o seu uso por académicos nacionais torna-se necessário para a participação em pesquisas internacionais¹⁷⁴.

Portanto, os papeis da língua inglesa, no processo de internacionalização, podem ser resumidos em:

- Criar entendimento entre universidades no mundo;
- Promover interacções interculturais no mundo académico;
- Realizar programas conjuntos de educação e pesquisa;
- Criar equivalências e transferências de cursos;
- Preparar estudantes para estudar no estrangeiro;
- Ser língua de instrução;
- Promover oportunidades para a ciência e tecnologia no mundo¹⁷⁵.

Deste modo, em países não-falantes da língua inglesa, como é o caso de Moçambique, o processo de internacionalização do Ensino Superior pode encontrar um obstáculo na questão da língua, pois a língua inglesa se consolidou como língua internacional e se estabeleceu como língua eficiente

¹⁷² ROSTAN, Michele. English as “Lingua Franca” and the Internationalization of Academe. *International Higher Education*, Volume 63, 2011, p. 1.

¹⁷³ SHIMAUCHI, Sae. English-Medium Instruction in the Internationalization of Higher Education in Japan: Rationales and Issues. *Educational Studies in Japan: International Yearbook*, Volume 12, 2018, p. 78.

¹⁷⁴ ROSTAN, Michele. WIT, Hans de. *Op cit.*, p. 5.

¹⁷⁵ VAN, Hoang Van. The role of English in the internationalization of higher education in Vietnam. *Journal of Foreign Studies*, 29(1), pp. 72-80, 2013, p. 74.

e fundamental para a comunicação, em todo o mundo, demandando, conseqüentemente, o seu uso pelas IES.

Em Moçambique, o português é a língua oficial. Embora o número de falantes de inglês tem estado a crescer, como resultado da necessidade de ascensão do povo moçambicano, bem como da sua inter-relação com o mundo, as dificuldades de comunicação em língua inglesa são presentes¹⁷⁶. Este facto interfere, em grande medida, no processo de internacionalização do Ensino Superior, que tem a língua inglesa como um dos principais indicadores¹⁷⁷.

Para muitos, a sua dificuldade de comunicação em língua inglesa está, em grande medida, relacionada com deficiências de aprendizagem, durante os anos de escolaridade. O inglês, como língua estrangeira, é obrigatório no currículo do ensino geral público, sendo ministrado a partir do sexto ano até ao décimo-segundo ano escolaridade, como parte do processo do desenvolvimento de competências do aluno. Contudo, Assane Ussene¹⁷⁸ constata que o ensino de inglês no Ensino Secundário Geral público, em Moçambique, é um processo complexo, realizado dentro de vários constrangimentos políticos, organizacionais e da prática docente, que afectam a qualidade do ensino/aprendizagem do inglês e, conseqüentemente, o desenvolvimento profissional do aluno.

Conseqüentemente, e se tomarmos o exemplo da mobilidade estudantil, países falantes da língua portuguesa, particularmente Brasil e Portugal, são os destinos preferidos dos moçambicanos para continuação de estudos, nos diferentes níveis, a avaliar pela demanda e pelo número de candidaturas recebidas às oportunidades de formação nestes países¹⁷⁹.

Adicionalmente, no universo das 53 IES que o país possui, programas de formação em que o inglês é o meio de instrução são bastante reduzidos. Além disso, no nível de pesquisa, alguns estudos científicos, realizados por académicos moçambicanos, não têm o impacto desejado porque não são publicados na língua dominante da comunicação científica, o inglês.

¹⁷⁶ TIMBANE, Alexandre António. A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique. *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, 14(1), 2018, p. 122.

¹⁷⁷ YANG, Rui. An Obstacle or a Useful Tool? The Role of the English Language in Internationalizing Chinese Universities. *Journal of Studies in International Education*, 5(4), 2001, p. 341.

¹⁷⁸ USSENE, Assane. *Ensino de Inglês como Língua Estrangeira no Ensino Secundário Geral público e competência comunicativa dos graduados em Moçambique: Entre as percepções e as práticas*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

¹⁷⁹ INSTITUTO DE BOLSAS DE ESTUDO. *Relatório Anual Sobre Bolsas de Estudo*. Ministério de Educação: Maputo, 2017.

3.3.4 Desconhecimento e incompreensão do conceito de internacionalização

O desconhecimento e, muitas vezes, a incompreensão do conceito de internacionalização são, geralmente, apontados como os principais obstáculos da internacionalização do Ensino Superior¹⁸⁰. Os mais notáveis resultados deste facto têm sido, para além do fraco envolvimento da comunidade académica e de outros actores considerados importantes no processo de internacionalização, o foco em abordagens quantitativas em detrimento das qualitativas.

Abraham & Brömssen¹⁸¹ realçam que a falta de compreensão da internacionalização é notável do ponto de vista conceitual e do ponto de vista dos participantes envolvidos. Por conseguinte, esta falta de clareza conceitual tem implicações importantes não apenas na formulação de políticas públicas e institucionais de internacionalização, mas também no financiamento das mesmas¹⁸².

Para algumas pessoas, a internacionalização é um fenómeno novo e, conseqüentemente elas não sabem o que ela envolve e implica. Outras tem tendência a pensar que este é um processo realizado, exclusivamente, pelos gestores seniores das IES. Por outro lado, predominam, ainda, percepções de que a internacionalização é um fim em si mesma quando, na verdade, a internacionalização é um factor de mudança e melhoria que deve ajudar a produzir as habilidades necessárias no século XXI, estimular a inovação e criar alternativas¹⁸³. Em outras palavras, a internacionalização é um caminho sem fim, porque envolve a adaptação contínua do Ensino Superior a um ambiente global em constante mudança de desafios e oportunidades¹⁸⁴.

Adicionalmente, e associado ao ponto acima, está a noção de que a mobilidade internacional, ou seja, o movimento de saída e/ou de entrada de estudantes e funcionários, pelas fronteiras nacionais, por motivos de estudos, estágio ou intercâmbio, é equivalente a internacionalização. Esta abordagem confere mais ênfase à quantidade em detrimento da qualidade no processo. Nesse

¹⁸⁰ KASENENE, E. S. Obstacles to the Internationalisation of Higher Education in Africa: The Case of Uganda. *Makerere Journal of Higher Education*, 3(1), pp. 73-89, 2011.

¹⁸¹ ABRAHAM, Getahun Yacob & BRÖMSEN, Kerstin von. Internationalisation in teacher education: student teachers' reflections on experiences from a field study in South Africa. *Education Inquiry*, 9(4), 2018, p. 348.

¹⁸² CRĂCIUN, Daniela. National Policies for Higher Education Internationalization: A Global Comparative Perspective. Em: A. Curaj, L. Deca & R. Pricopie, edits. *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*. Cham: Springer International Publishing AG, 2018, p. 96.

¹⁸³ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 8.

¹⁸⁴ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 59.

contexto, Hans de Wit¹⁸⁵ comenta que a mobilidade é, na verdade, um instrumento para promover a internacionalização e não um objectivo em si.

Portanto, é questionável se a abordagem simplificada da mobilidade corresponde à internacionalização, pois a internacionalização pressupõe uma abordagem integral baseada em processos, visando a melhoria da qualidade do Ensino Superior e das competências de estudantes e funcionários¹⁸⁶.

O mesmo facto se verifica com relação ao número de acordos de cooperação assinados pelas IES. Existe a crença frequente de que quanto maior for o número de acordos internacionais que uma universidade tiver, mais prestigiosa e atraente se torna para outras instituições e para estudantes. Porém, a prática mostra que a maioria das IES não pode gerir ou mesmo se beneficiar de mais de cem acordos¹⁸⁷. A título de exemplo, pode se questionar até que ponto a UEM tem se beneficiado dos mais de 165 acordos de cooperação celebrados com parceiros internacionais, nos últimos 4 anos. Sobre este aspecto, uma observação ou análise das relações de cooperação da UEM mostra que o número de parceiros mais activos da instituição, nos últimos anos, não ultrapassa o número de 20.

Portanto, se, por um lado, é verdade que a internacionalização levanta percepções diferentes em pessoas diferentes e, conseqüentemente, cada um define porquê e como realizar a internacionalização, por outro lado, é importante que as instituições reflectam sobre o conceito de internacionalização e sobre o que ela acarreta. Desta forma se poderá garantir que o processo de internacionalização está no caminho certo e, igualmente, se ter consciência das conseqüências intencionais e não intencionais do processo¹⁸⁸.

¹⁸⁵ WIT, Hans de. Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. *International Higher Education*, Volume 64, 2011, p. 6.

¹⁸⁶ *Ibid.* p. 7

¹⁸⁷ KNIGHT, Jane. Five Myths about Internationalization. *International Higher Education*, Volume 62, 2011, p. 15.

¹⁸⁸ *Ibid.*

CAPÍTULO IV: A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

4.1 A Universidade Eduardo Mondlane – Breve Apresentação Institucional

A Universidade Eduardo Mondlane é uma instituição pública de âmbito nacional, fundada em 1962, pelo Decreto-Lei nº. 44530, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique e, portanto, é a mais antiga instituição de Ensino Superior no país. A sua ascensão à categoria de Universidade, ocorreu em 1968, sendo, então, denominada por Universidade de Lourenço Marques e, posteriormente, designada Universidade Eduardo Mondlane, em Maio de 1976¹⁸⁹.

Trata-se de uma instituição pública de Ensino Superior dotada de personalidade jurídica, gozando de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, cuja missão é a de “produzir e disseminar o conhecimento científico e promover a inovação através da investigação como fundamento dos processos de ensino-aprendizagem e extensão, educando as gerações com valores humanísticos de modo a enfrentarem os desafios contemporâneos em prol do desenvolvimento da sociedade”¹⁹⁰.

Por sua vez, a UEM tem a visão de “ser uma universidade de referência nacional, regional e internacional na produção e disseminação do conhecimento científico e na inovação, destacando a investigação como alicerce dos processos de ensino-aprendizagem e extensão”. Com efeito, o pilar institucional para o alcance da visão da UEM reside nos investigadores, docentes, estudantes e CTA, nos serviços de apoio académico e infra-estruturas, bem como nos recursos financeiros¹⁹¹.

A história da UEM, desde a sua criação, espelha os períodos da história de Moçambique, que influenciaram e determinaram o processo de ensino, de investigação e de ligação à sociedade, desde a definição de perfis profissionais a nível da formação até ao tipo de investigação a ser considerada como prioritária¹⁹².

¹⁸⁹ UEM. *Anuário 2017*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2018, p. 2.

¹⁹⁰ Idem. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. 17.

¹⁹¹ *Ibid.*

¹⁹² UEM. *Op cit.*, 2018, p. 2.

Para além de ser a mais antiga universidade, a UEM é, actualmente, de acordo com Kruse, et al.¹⁹³, a maior e mais prestigiada universidade de Moçambique, com 11 Faculdades, 6 Escolas e 40741 estudantes matriculados. A UEM possui ainda 17 Centros de Pesquisa, 1 Arquivo Histórico e 1 Museu de História Natural vinculados a si¹⁹⁴.

De acordo com o Plano Estratégico da UEM 2018-2028¹⁹⁵, o seu código de conduta é formado por um conjunto de 10 valores, nomeadamente:

- i. Liberdade Académica: a UEM pauta pela promoção da liberdade de expressão, criação e de estabelecimento da agenda de ensino, investigação e extensão.
- ii. Autonomia institucional: a UEM salvaguarda a autonomia na governação e gestão académica, administrativa, financeira e patrimonial, tendo em conta os padrões nacionais, regionais e internacionais de excelência académica intelectual.
- iii. Colegialidade: a UEM é uma comunidade colegial de investigadores, docentes, corpo técnico-administrativo e estudantes, cujas práticas académicas e de gestão são informadas por processos decisórios emanados dos órgãos colegiais.
- iv. Engajamento social e comunitário: o envolvimento da UEM em actividades de extensão, ou engajamento social comunitário, deve decorrer, primordialmente, do previsto nos currículos e nos planos de actividades de investigação e não via assistencialista.
- v. Indagação independente e confiança: os académicos e estudantes da UEM devem demonstrar a capacidade de operar de forma independente de acordo com as normas e pressupostos da qualidade, princípios e valores da universidade e com os mandatos e responsabilidades que possam ter impacto sobre as áreas laboral e de conhecimento.
- vi. Compromisso nacional e internacional: os membros da comunidade da UEM desempenham papéis como académicos, intelectuais, gestores e membros proactivos da sociedade moçambicana e global.
- vii. Ética e deontologia profissional: todos os intervenientes da UEM são participantes activos de uma comunidade intelectual, alicerçada na cidadania académica, e o trabalho que fazem deve corresponder aos mais elevados padrões de integridade intelectual.

¹⁹³ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017. p. 18.

¹⁹⁴ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017.

¹⁹⁵ *Ibid.* pp. 17-18.

- viii. Criatividade: a UEM deve estimular e valorizar a criatividade no campo da ciência, da arte e da cultura.
- ix. Internacionalização: para se projectar como uma universidade do século XXI, virada para os desafios da sociedade de conhecimento, a UEM deve estimular as ligações internacionais de pesquisadores e grupos de pesquisa.
- x. Unidade na diversidade e inclusividade: os membros da comunidade da UEM pugnam pelo respeito dos direitos Humanos e não discriminação com base no género, raça, etnia, religião, origem social, condição física, entre outras.

A Universidade Eduardo Mondlane possui uma reputação que, associada à sua longa tradição como a maior instituição de Ensino Superior, confere-lhe uma posição de referência no contexto nacional, regional e internacional. Por outro lado, no contexto regional e internacional, tal notoriedade coloca a UEM numa posição preferencial para o estabelecimento de programas de colaboração institucional e científica com outras instituições de ensino e investigação¹⁹⁶.

Os objectivos estratégicos da UEM passam por torná-la numa universidade de investigação, fortificar o seu perfil nacional, regional e internacional, fortalecer o seu impacto no desenvolvimento económico e social do país, buscar excelência no ensino e na aprendizagem e, aumentar o acesso, o rendimento e a diversidade¹⁹⁷. Para o efeito, a UEM conta com equipamentos e infra-estruturas laboratoriais, que se destacam como melhores no país, assistidos por um corpo técnico qualificado, facto que proporciona diversas possibilidades para a investigação¹⁹⁸.

Adicionalmente, a intensificação da investigação e a geração de conhecimento científico consistente com o produzido pela comunidade académica global e relevante para a sociedade, constituem o centro da estratégia da UEM¹⁹⁹.

Por outro lado, a UEM se insere num contexto em que as dinâmicas prevalecentes afectam, directa ou indirectamente, a sua forma de estar e de actuar, e os factores sociopolíticos, económicos e

¹⁹⁶ UEM. *Plano Estratégico 2008-2012*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008, p. 9.

¹⁹⁷ Idem. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. 19.

¹⁹⁸ UEM. *Op cit.*, 2008, p. 10.

¹⁹⁹ UEM. *Op cit.*, 2017, p. 19.

demográficos, de nível global, interrelacionam-se e têm implicações no contexto do Ensino Superior²⁰⁰.

Nesse contexto, a internacionalização do Ensino Superior ganha relevo como uma necessidade para a integração de uma dimensão internacional às principais funções da UEM, principalmente à investigação.

4.2 A Internacionalização na Universidade Eduardo Mondlane

Em todo mundo, as duas últimas décadas testemunharam um reposicionamento notável das parcerias institucionais, sendo que estas passaram a ser uma característica definidora da internacionalização académica²⁰¹.

Por conseguinte, está cada vez mais evidente que o Ensino Superior é, actualmente, conduzido em um cenário global²⁰² e que a internacionalização é um instrumento indispensável para a afirmação das IES e promoção de sua imagem. Por esse motivo, a UEM busca fortalecer a internacionalização, como uma forma de aumentar a sua visibilidade nos níveis nacional, regional e internacional²⁰³.

Deste modo, a UEM considera prioritário reestruturar e regulamentar as relações de cooperação que possui, permitindo otimizar os acordos que tem estabelecido e, igualmente, diversificar os parceiros pois, é por via destas relações que se mobilizam recursos, se promove oportunidades de treino, formação, investigação e extensão²⁰⁴.

Ademais, sendo uma instituição que almeja tornar-se numa referência nacional, regional e internacional²⁰⁵, contribuir para a produção de conhecimento científico e intervir, em grande

²⁰⁰ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. iii.

²⁰¹ SUTTON, Susan Buck. et al. Collaborating on the Future: Strategic Partnerships and Linkages. Em: H. d. W. J. D. H. & T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2012, p. 148.

²⁰² *Ibid.* p. 149.

²⁰³ QUILAMBO, Orlando. *UEM: Fazer da Investigação o Alicerce das Actividades de Ensino-Aprendizagem, Extensão, Governação e Gestão Universitária - Manifesto 2016-2021*. Maputo: Revista Científica da UEM. 2016, p. 53.

²⁰⁴ UEM. *Plano Estratégico 2008-2012*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008, p. 40.

²⁰⁵ *Ibid.* p. 12.

medida, no desenvolvimento de Moçambique²⁰⁶, a Universidade Eduardo Mondlane não podia estar alheia ao processo de internacionalização.

Na verdade, o mais recente Plano Estratégico da UEM, para os anos 2018-2028, tem a distinção de orientar, claramente, a necessidade de internacionalização como uma estratégia para projectar globalmente a UEM como uma universidade do século XXI, virada para os desafios da sociedade de conhecimento. Esta necessidade de internacionalização emana do reconhecimento de que esta instituição se insere num contexto global cujas dinâmicas influenciam, directa ou indirectamente, a sua forma de estar e de actuar e, ainda, de que os factores sociopolíticos, económicos e demográficos de nível global interrelacionam-se e têm implicações no Ensino Superior em Moçambique²⁰⁷.

Com efeito, e uma vez que o alcance dos objectivos de internacionalização passa, também, pelo estabelecimento de parcerias relevantes e eficazes²⁰⁸, a Universidade Eduardo Mondlane possui parcerias com instituições localizadas em todos os continentes. A Suécia, Bélgica, África do Sul, Brasil e Portugal são considerados países parceiros tradicionais, a avaliar pela duração das parcerias e pelo fluxo de actividades de ensino e de investigação científica desencadeado.

Por outro lado, a UEM busca, continuamente, a identificação de novas parcerias com instituições de países emergentes tais como Índia, China, Coreia do Sul, Malásia e Singapura. No geral, as parcerias da UEM incluem universidades, empresas, organismos, associações universitárias, fundações, agências de financiamento, entre outros.

Estas parcerias permitem, não apenas a realização da mobilidade académica de docentes, discentes e CTA, mas, também, a promoção de oportunidades de formação de graduação e pós-graduação, a transferência de tecnologia e coordenação de projectos de pesquisa que trazem resultados de muita importância para o desenvolvimento institucional. Ressalte-se que, nos últimos cinco anos, especificamente, no período de 2015-2019, a UEM celebrou mais de 165 acordos de cooperação

²⁰⁶ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. iii.

²⁰⁷ *Ibid.*

²⁰⁸ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 41.

com parceiros internacionais, estabelecendo as bases para a cooperação em diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão, consideradas de interesse.

Na UEM, uma das actividades mais emblemáticas do processo de internacionalização da UEM é a promoção de projectos internacionais. Estes projectos internacionais envolvem, principalmente, professores e estudantes em iniciativas conjuntas de pesquisa. Neste âmbito, há que destacar os programas realizados em parceria com os governos da Itália, da Bélgica, do Reino dos Países Baixos e da Suécia, que visam, fundamentalmente, apoiar actividades de investigação.

A colaboração com o Governo da Itália foca-se, essencialmente, na formação de investigadores e gestores para as Biotecnologias e realiza-se através da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS). A UEM e o governo da Itália colaboram, igualmente, na conservação e uso equitativo da diversidade biológica na região da SADC, formação sobre biodiversidade e biotecnologia para conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, reforma académica, inovação tecnológica e investigação científica.

No âmbito da Cooperação com o Governo da Bélgica, a UEM colaborou com Universidades Flamengas, num programa denominado “Desafio”, um Programa de Desenvolvimento em Saúde Reprodutiva, HIV/SIDA e Assuntos de Família através da investigação multidisciplinar interuniversitária. Este programa centrava-se na capacitação institucional de quadros da UEM, através da formação nos níveis de Mestrado e Doutoramento nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, em torno da “Saúde Reprodutiva e HIV”.

A Organização Holandesa de Cooperação Internacional na área do Ensino Superior (NUFFIC) tem apoiado a cooperação da UEM com o Governo do Reino dos Países Baixos, por meio da Iniciativa Holandesa para o Desenvolvimento de Capacidades no Ensino Superior (NICHE). O NICHE visa o fortalecimento sustentável da capacitação das IES, ensino técnico e profissional, nos países em vias de desenvolvimento.

No que diz respeito à gestão destes programas e do processo de internacionalização, no geral, há que destacar o papel do Gabinete de Cooperação da UEM que, dentre várias actividades, faz, inclusivamente, a promoção de programas de mobilidade académica. Seguem, abaixo alguns programas de mobilidade promovidos Gabinete de Cooperação da UEM, seus regimes temporais e respectivos beneficiários.

Tabela 1 - Programas de mobilidade e seus respectivos beneficiários

Nome do programa ou projecto	Regime temporal e beneficiários
CAPES-AULP	Curta duração (Licenciatura) - Docentes, investigadores e estudantes.
DREAM – ERASMUS MUNDUS	Curta e longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
CARIBU – ERASMUS MUNDUS	Curta e longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
ANGLE – ERASMUS MUNDUS	Curta e longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores e estudantes.
ASDI	Longa duração (Mestrado, Doutoramento e Licentiate) – docentes, investigadores e CTA.
ERASMUS +	Mestrado e Doutoramento (Mestrado e Doutoramento). Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
MOUNAF - INTRA-AFRICA	Curta e Longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
AMAS - INTRA-AFRICA	Curta e Longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
REFORM - INTRA-AFRICA	Curta e Longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores, estudantes e CTA.
PAXLUSOFONA - INTRA-AFRICA	Curta e Longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes e estudantes e CTA.
INTRA-ACP	Curta e Longa duração (Mestrado e Doutoramento) - Docentes, investigadores e estudantes.
ABE	Longa duração (Mestrado e Doutoramento)

Fonte: Gabinete de Cooperação²⁰⁹

Tal como foi afirmado anteriormente, a mobilidade académica internacional é tida como uma das mais importantes estratégias de internacionalização, sendo, aliás, o primeiro passo para internacionalizar uma instituição²¹⁰. Por conseguinte, a UEM, por meio dos programas acima

²⁰⁹ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Brochura de Cooperação*. Maputo: UEM, 2019.

²¹⁰ HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012, p. 26.

destacados, e de outras iniciativas, promove a mobilidade de estudantes, docentes/investigadores para dentro e para fora do país.

A tabela a seguir ilustra o número de estudantes e docentes recebidos e enviados, por país, actualmente:

Tabela 2 - Número de docentes, estudantes e do CTA enviados pela UEM, 2011 – 2017

País (receptor)	Número de docentes, Estudantes e do CTA 2011 – 2017																				Total / País	
	Emitidos pela UEM																					
	Docente							Estudantes							CTA							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
África do Sul	-	-	28	8	17	-	4	-	-	-	24	-	-	11	-	-	2	-	3	-	-	97
Áustria	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Bélgica	-	-	-	-	16	2	5	-	-	85	24	25	-	4	-	-	-	-	-	-	-	161
Brasil	-	-	17	8	3	4	2	-	-	8	17	31	2	8	-	-	2	-	-	-	2	104
China	-	-	2	-	-	2	-	-	-	1	-	3	-	2	-	-	-	2	-	-	2	14
Coreia do Norte	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	5
Espanha	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EUA	-	-	3	2	4	-	-	-	-	5	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Holanda	-	-	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	11
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	10	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	16
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	21
Níger	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Portugal	-	-	7	5	-	-	3	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	4	28
Reino Unido	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Suécia	-	-	58	15	52	-	-	-	-	8	56	-	-	27	-	-	8	2	-	-	-	226
Total / Ano	-	-	119	41	94	8	16	-	-	112	131	68	-	92	-	-	12	5	3	-	8	

Fonte: Gabinete de Cooperação²¹¹

A tabela acima ilustra os números de docentes, estudantes e CTA que realizaram actividades de leccionação, de investigação e de aprendizagem no estrangeiro, no período em estudo, 2011-2017. A UEM enviou cerca de 278 docentes, para países de todos os continentes, sendo 2013, a ano em se que registou o maior número de saídas, 119. O número de estudantes enviados ao estrangeiro, no mesmo período, foi 403, sendo 2014 o ano com registo do maior número de saídas, 131. Finalmente, o número do corpo técnico administrativo em mobilidade foi de 28. No geral, pode-se observar que a Suécia é, de longe, o país que mais quadros da UEM recebeu, no período em

²¹¹ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Brochura de Cooperação*. Maputo: UEM, 2019.

referência, para as diversas actividades de mobilidade, 226, seguida da Bélgica (161), Brasil (104) e Africa do Sul (97), respectivamente.

Tabela 3 - Número de docentes, estudantes e do CTA recebidos pela UEM, 2011 – 2017

País de proveniência	Número de docentes, Estudantes e do CTA - Recebidos pela UEM 2011 - 2017																					Total / País
	Docentes							Estudantes							CTA							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
África do Sul	-	4	-	4	-	-	2	-	4	-	11	23	-	4	-	-	-	-	-	-	1	53
Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Áustria	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Bélgica	-	-	-	8	7	-	41	-	1	2	8	12	-	1	-	-	-	1	-	-	-	81
Brasil	1	-	2	5	5	-	3	-	3	2	48	62	17	9	-	-	-	-	-	-	-	157
China	-	2	16	22	25	19	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147
Coreia do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Cuba	29	-	27	14	17	16	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111
Denamarca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Egipto	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Espanha	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
EUA	-	-	1	1	3	-	-	-	-	1	9	12	33	-	-	-	-	-	-	-	-	60
Finlândia	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Filipina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
França	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Holanda	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	6
Indonésia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Itália	-	-	5	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	5	-	-	-	-	-	-	2	14
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Niger	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Noruega	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Portugal	-	-	-	-	-	-	12	-	-	3	6	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	22
Reino Unido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
S. Tome	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Suécia	-	-	-	57	25	-	12	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97
Tanzânia	-	-	29	-	-	-	-	-	119	29	43	43	-	101	-	-	-	-	-	-	-	364
Timor Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	11	9	11	9	-	-	-	-	-	-	-	41
Uganda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL/Ano	30	6	83	120	82	35	92	-	130	43	158	167	74	134	-	-	-	1	-	-	3	

Fonte: Gabinete de Cooperação²¹²

A tabela acima ilustra os números de docentes, estudantes e CTA estrangeiros que realizaram actividades de leccionação, de investigação e de aprendizagem na UEM, no período de 2011-2017. A UEM recebeu cerca de 448 docentes, de países de todos os continentes, sendo 2014, a ano em se que registou o maior número de entradas, 120. O número de estudantes estrangeiros recebidos, no mesmo período, foi 706, sendo 2015 o ano com registo do maior número de estudantes recebidos, 167. Finalmente, o número do corpo técnico administrativo estrangeiro recebido pela

²¹² GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Brochura de Cooperação*. Maputo: UEM, 2019.

UEM foi 4. No geral, pode-se observar que a Tanzânia é, de longe, o país que mais quadros enviou a UEM, na sua maioria estudantes, 364, seguida do Brasil (157), China (147) e Cuba (111), respectivamente.

Portanto, pode-se depreender que internacionalização do Ensino Superior na UEM é uma realidade presente, não obstante a existência de alguns desafios que ameaçam o seu sucesso e impedem a maximização dos seus benefícios. Esses desafios incluem, entre outros, a exiguidade de recursos para financiar as iniciativas de internacionalização; a existência de barreiras linguísticas; a falta de uma política institucional para orientar melhor o processo de internacionalização e, como resultado, promover um melhor entendimento sobre a ideia e exigências da internacionalização em toda comunidade universitária.

A insuficiência de recursos para a realização de actividades de internacionalização se coloca como um dos principais obstáculos à internacionalização na UEM. A título de exemplo, a cada ano, os relatórios do Gabinete de Cooperação, órgão com responsabilidades especiais na concretização dos objectivos estratégicos da UEM, através da promoção da internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, revelam um défice orçamental para a operacionalização de actividades planificadas, sendo este um dos principais constrangimentos às actividades do Gabinete²¹³. Os desembolsos, por parte do Ministério da Economia e Finanças, são descritos como estando abaixo do orçamento programado e aprovado, criando, muitas vezes, situação de transição de dívidas orçamentárias, de um ano para o outro²¹⁴.

A minimização dos impactos da falta de fundos passa, no nível macro, pelo empreendimento de esforços – individualmente e em conjunto com as demais universidades públicas – para a integração da internacionalização nas prioridades governamentais, facto essencial para abertura de oportunidades de acesso a recursos financeiros para as iniciativas de internacionalização. No nível micro, a UEM pode maximizar a geração de renda extra a partir de seu potencial de pesquisa, por meio de transferência de tecnologia, exploração comercial do conhecimento e parcerias com a indústria local.

²¹³ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Relatório de Actividades e Orçamento do Gabinete de Cooperação 2018*. Maputo: UEM, 2018.

²¹⁴ Idem. *Relatório de Actividades e Orçamento do Gabinete de Cooperação 2019*. Maputo: UEM, 2019

Outras alternativas propostas por Tatyana Koryakina²¹⁵, algumas das quais a UEM já as tem implementado, incluem iniciativas de instrução: cursos de preparação para exames, programas de aprendizagem contínua, reciclagem da força laboral, educação a distância e on-line. Adicionalmente, o uso de diplomacia, por meio de apelos a doadores externos e angariação de fundos, parcerias comerciais e patrocínio são outras alternativas úteis.

Por sua vez, uma política institucional de internacionalização deveria existir para, acima de tudo, definir uma abordagem estratégica de internacionalização, seleccionando as mais apropriadas formas de internacionalização, tendo em consideração a missão da UEM, seus objectivos e o ambiente interno e externo no qual a instituição está inserida. É preciso difundir, na comunidade universitária, o porquê da necessidade de internacionalização na UEM e os respectivos instrumentos ou meios para o efeito.

Adicionalmente, a definição de uma política institucional deveria envolver, activamente, os actores cuja participação se faz indispensável, de todos os níveis, de dentro e de fora da instituição – não só docentes, estudantes, funcionários, mas também empresas, ministérios, incluindo sectores de imigração, comércio, cultura e desenvolvimento económico – para obter contribuições em torno da melhor abordagem de internacionalização e fortalecer o envolvimento e o apoio à abordagem escolhida.

Mais do que todas as formas adoptadas pela UEM para a internacionalização – mobilidade académica, promoção de projectos conjuntos de pesquisa, internacionalização do currículo, etc. – é importante não se perder de vista impacto qualitativo destas iniciativas de internacionalização, ou seja, é preciso aferir se as referidas iniciativas de internacionalização resultam na promoção de educação e pesquisa de alta qualidade, que é o principal propósito da internacionalização.

A razão disto é que, comumente, se avalia a internacionalização das IES tendo, somente, em consideração, por exemplo, o número de acordos celebrados, projectos de pesquisa e o número de estudantes e professores estrangeiros no campus universitário²¹⁶. Por exemplo, durante a cerimónia de graduação de licenciados e mestres, realizada em Junho de 2019, o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Prof. Doutor Orlando Quilambo, tomando em consideração a diversidade de

²¹⁵ KORYAKINA, Tatyana. Revenue Diversification, Higher Education. Em: P. Teixeira & J. C. Shin, edits. *Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions*. Dordrecht: Springer, 2017. pp. 1-8.

²¹⁶ KNIGHT, Jane. Five Myths about Internationalization. *International Higher Education*, Volume 62, 2011, p. 14.

nacionalidades entre os graduados, destacou, na ocasião, que este elemento colocava a UEM na rota da sua internacionalização²¹⁷. Enquanto estes indicadores quantitativos ilustram os resultados de desempenho, eles não capturam os resultados intangíveis essenciais de estudantes, professores, pesquisadores e comunidade que trazem benefícios significativos da internacionalização²¹⁸.

Igualmente, porque a área de internacionalização comporta certa complexidade, é necessário que se garanta que os principais quadros que lidam com esta área possuam um conjunto adicional de conhecimentos, atitudes, habilidades e entendimentos sobre a dimensão internacional, intercultural, global do Ensino Superior²¹⁹. Estes são atributos essenciais para os académicos, administradores e formuladores de políticas, que trabalham no campo da internacionalização do Ensino Superior.

Na verdade, a actual liderança máxima da UEM é, por muitos, vista como visionária, com experiência e poder de gerar mudanças. Este facto joga um papel importante no sucesso da internacionalização na UEM, pois o líder deve ser capaz de produzir consenso na comunidade universitária, que vai se reflectir na aceitação dos demais na mudança e colaboração na efectivação para a mesma.

Contudo, é preciso que tal experiência e competência não se cinja apenas no topo da liderança. A integração bem-sucedida de uma dimensão internacional ao ensino, pesquisa e extensão na UEM, exigirá que conhecimentos, atitudes e habilidades sobre a dimensão internacional, intercultural, global do Ensino Superior estejam presentes nas lideranças das diferentes faculdades, escolas, centros, departamentos e áreas administrativas. Em outras palavras, a liderança e a participação no processo de internacionalização precisam se estender além do Reitor, da Vice-reitora Académica e do Gabinete de Cooperação, para incluir os líderes do corpo docente e as principais unidades de apoio institucional pois, actualmente, no que diz respeito a internacionalização, o Reitor, a Vice-reitora Académica e o Gabinete de Cooperação parecem estar, relativamente, isolados das outras estruturas administrativas da UEM. Sem o envolvimento activo da liderança académica e do corpo

²¹⁷ JORNAL NOTÍCIAS, “*UEM na rota da internacionalização*”. 2019. Jornal Notícias, 03 Junho [Online] Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/tecnologias/90357-uem-na-rota-da-internacionalizacao> [Acessado em 20 de Outubro de 2019].

²¹⁸ KNIGHT, Jane. Five Myths about Internationalization. *International Higher Education*, Volume 62, 2011, p. 15.

²¹⁹ Idem. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5), 2004, p. 29.

docente, uma internacionalização mais abrangente será impossível em quase qualquer forma significativa²²⁰.

Adicionalmente, devem-se criar mecanismos de estabelecer uma colaboração enérgica e objectiva entre o Centro de Línguas e o Gabinete de Cooperação da UEM, com vista a responder, mais efectivamente, aos desafios prevaletentes de comunicação em línguas estrangeiras, não só dos candidatos a bolsas de estudo no estrangeiro, mas também dos académicos interessados em fazer publicações ou pesquisas científicas.

Dos 44 estudantes inquiridos, no âmbito da presente pesquisa, um total de 23 (cerca de 53%), declararam que competências em língua estrangeira constituem obstáculo aos estudos no estrangeiro, sendo que apenas 12 (cerca de 20%) afirmaram que este aspecto não representa qualquer obstáculo e os remanescentes 9 (27%) o consideraram indiferente. Constatou-se que grande parte dos candidatos possui conhecimentos de língua estrangeira, todavia, muitos não têm competências para atingir a pontuação, muitas vezes, exigida internacionalmente para os tornar elegíveis para continuação de estudos, pelo que, seria ideal conferir uma formação adicional por forma a que os candidatos se atinjam o nível requerido²²¹.

Portanto, enquanto órgão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, cuja principal missão é prestar serviços de ensino de línguas, o Centro de Línguas poderia, por meio da criação de programas específicos e direccionados, ter um papel mais activo na passagem de competências linguísticas aos diferentes interessados para o propósito da internacionalização. Fundos precisam ser mobilizados para o efeito, pois a falta de domínio de línguas estrangeiras, sobretudo do inglês, embaraça a internacionalização na UEM, sendo necessário fazer esforços para minimizar a dificuldade de comunicação na língua inglesa que é, muitas vezes, transferida do ensino Secundário Geral público e vira um problema para as universidades.

Em conclusão, cada IES se encontra inserida num contexto particular em termos de seu desenvolvimento histórico, facto que determina o seu grau de robustez ou vulnerabilidade para

²²⁰ WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 55.

²²¹ Prof. Doutor Sebastião Inácio Famba, Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Docente, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Entrevistado a 28 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

lidar com seu conjunto particular de desafios²²². O que se torna essencial é a disposição institucional de enfrentar o futuro com determinação e ambição. Para a UEM, os anos de existência, o tamanho, a reputação, recursos humanos e financeiros que possui colocam-lhe numa posição privilegiada para responder aos seus desafios de internacionalização. Será necessário promover a autoconfiança da instituição que criará energia institucional para sustentar o processo ao longo do tempo.

²²² WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, 2013, p. 69.

CAPÍTULO V: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM-ASDI, 2011- 2017

5.1 A cooperação UEM e ASDI

A cooperação entre a Suécia e Moçambique foi estabelecida depois que o país se tornou independente, em 1975. Desde este ano, o apoio à educação tem sido uma componente importante na cooperação para o desenvolvimento entre os dois países. A Suécia sempre foi um dos principais doadores na área da educação, sendo que uma parte substancial de seu apoio para o desenvolvimento foi direccionada para o Ensino Básico e Superior²²³.

Por sua vez, a cooperação para pesquisa entre a UEM e a ASDI foi iniciada em 1978 tendo, em 2017, entrado em sua décima fase²²⁴. Durante um período de 40 anos, a Suécia forneceu assistência à UEM num valor superior a 700 milhões de coroas suecas²²⁵, sendo até 2016, um total de 151 quadros se formaram como resultado do apoio sueco, dos quais 96 doutores e 55 mestres²²⁶.

Para a operacionalização da cooperação entre as Partes, os governos de Moçambique e da Suécia têm, periodicamente, assinado acordos de cooperação, através dos quais são desenvolvidos, essencialmente, programas de formação cujos principais beneficiários são docentes, pesquisadores e membros do corpo técnico administrativo. Abaixo, a tabela ilustrativa do apoio sueco à UEM, por período.

Tabela 4 - Apoio sueco à UEM por período de Acordo (em milhões de Coroas Suecas)

Anos	1978- 1980	1981- 1985	1986- 1990	1991- 1994	1995- 1997	1998- 2000	2001- 2005	2006- 2010	2011- 2017
Total	1.395	11.765	29.070	44.300	28.669	79.178	84.133	175.555	283.354

Fonte: Kruse, et al.²²⁷ (2017, p. 24)

²²³ AKESSON, Gunilla. *Swedish Support to the Education Sector in Mozambique - A retrospective review*. Maputo: Embaixada Sueca em Maputo, 2004, p. 3.

²²⁴ Com assinatura do acordo específico para cooperação UEM-ASDI para o período 2017-2022.

²²⁵ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017. p. 18.

²²⁶ *Ibid.* p. 38

²²⁷ *Ibid.* p. 24

O acordo celebrado de cooperação celebrado em 2011, para cobrir o período de 2011-2017, com um apoio no valor de 283.354 milhões de coroas suecas focou, especificamente, nas seguintes áreas:

- ❖ Pesquisa colaborativa e formação de pós-graduação;
- ❖ Programas locais de pesquisa de pós-graduação;
- ❖ Melhoria do ambiente de pesquisa;
- ❖ Reforço da capacidade de gestão da pesquisa; e
- ❖ Fortalecimento dos serviços bibliotecários.

Por sua vez, os componentes do referido acordo incluíam:

- ❖ Formação de pós-graduação na Suécia e na África do Sul;
- ❖ Formação de pós-graduação na UEM;
- ❖ Melhoria do ambiente e da infra-estrutura de pesquisa; e
- ❖ Melhoria da gestão e administração de pesquisa²²⁸

Com efeito, esperava-se que o programa para o período em referência trouxesse os seguintes resultados:

- ❖ Maior capacidade de realizar pesquisas de qualidade científica e com relevância para as necessidades nacionais de desenvolvimento;
- ❖ Aumento da capacidade de formação de pós-graduação na UEM;
- ❖ Aprimoramento da capacidade dos supervisores para orientar estudos de Mestrado e Doutorado;
- ❖ Maior capacidade de ajudar outras universidades públicas a realizar pesquisas;
- ❖ Maior produtividade da pesquisa;
- ❖ Melhoramento da gestão e coordenação da pesquisa na UEM;
- ❖ Melhoramento da Comunicação de pesquisa; e
- ❖ Maior colaboração com outras instituições / Universidades internacionais e nacionais, fortalecendo o sistema nacional de pesquisa²²⁹

²²⁸ Specific Agreement on Continued Research Cooperation with Eduardo Mondlane University, Sweden – The Government of Mozambique, 07 de Julho de 2019, p. 1.

²²⁹ *Ibid.* pp. 2-3

Segundo Boeren, et al.²³⁰, ao conferir prioridade alta à cooperação em pesquisa como uma estratégia importante, a ASDI visa aumentar a capacidade de investigação dos países em desenvolvimento, com o propósito central de melhorar o acesso ao conhecimento em áreas de importância central para a redução da pobreza. Numa senda semelhante, a UEM considera que a produção e disseminação de conhecimento científico joga um papel preponderante na sua tarefa de contribuir para o desenvolvimento da sociedade moçambicana²³¹, criando, deste modo, uma simbiose entre as visões das duas instituições.

A capacidade nacional de pesquisa não é apenas vital para a nação, mas também permite que o país compartilhe e contribua para a base de conhecimento público global. Se a capacidade de pesquisa puder ser criada, os currículos do Ensino Médio e Superior poderão ser adaptados às estratégias de desenvolvimento do país, sendo que os currículos baseados em pesquisa trazem, ao mesmo tempo, conhecimento internacional relevante e abrangem perspectivas locais²³².

Com efeito, uma análise dos relatórios da colaboração UEM-ASDI permite constatar que o programa tem sido bastante relevante para a UEM. A Suécia é um parceiro de longo prazo da UEM, fornecendo um pacote abrangente de apoio, primeiro com foco na capacitação individual e, posteriormente, no fortalecimento da competência e capacidade de gestão dos projectos de pesquisa^{233 234 235}.

É quase certo que, sem o apoio da ASDI, os sistemas de pesquisa na UEM e no país não teriam atingido os seus níveis actuais²³⁶. Indo de encontro às metas traçadas, o programa tem contribuído para a construção de uma massa crítica de pesquisadores em áreas bastante relevantes. Igualmente,

²³⁰ BOEREN, Ad et al. *Sida/SAREC Bilateral Research Cooperation: Lessons Learned*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, 2006, p. 28.

²³¹ UEM. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017, p. 17.

²³² BOEREN, Ad et al. *Op cit.*, p. 8

²³³ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017.

²³⁴ ALBERTS, Tom et al. *Sida's Support to the University Eduardo Mondlane, Mozambique*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, Sida, 2003.

²³⁵ UEM. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*. Maputo: Gabinete de Cooperação, 2014.

²³⁶ Prof. Doutor Carvalho Mendes de Oliveira Mendes Madivate, Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Professor Catedrático (Faculdade de Ciências). Entrevistado a 10 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

tem crescido o número de publicações como resultado do apoio da ASDI, sendo que só no período de 2011-2017, foi publicado um total de 168 artigos científicos e cinco manuscritos²³⁷.

Por outro lado, a qualidade das pesquisas realizadas é avaliada como sendo boa, tendo como base as revistas científicas em que as pesquisas são publicadas e o número registado de citações²³⁸. Ademais, 100% dos estudantes inquiridos, no âmbito do presente estudo, reforçou a ideia de que a cooperação académica UEM-ASDI tem sido responsável pelo aumento de pesquisas e publicações científicas de qualidade e pelo fortalecimento da capacidade de gestão da pesquisa.

No mesmo diapasão, o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Prof. Doutor Orlando Quilambo, falando durante a reunião anual de avaliação do programa UEM-Suécia do período 2011-2017, realizada a 17 de Abril de 2018, reconheceu a importância da colaboração com a ASDI, afirmando que as intervenções deste parceiro, não só na área de formação, mas também na área de infra-estruturas e material bibliográfico, têm sido significantes para a consecução da visão e missão da instituição que dirige, que tem a pesquisa como espinha dorsal para as suas actividades²³⁹.

5.2 O programa de formação de pós-graduação UEM-ASDI, 2011- 2017

Tal como foi asseverado anteriormente, o fomento da educação internacional, que resulta na mobilidade académica internacional, constitui uma das actividades levadas a cabo pela UEM para integrar uma dimensão internacional às suas principais funções. Por conseguinte, a UEM busca promover, junto de seus parceiros, oportunidades de formação no estrangeiro para os seus quadros, com o propósito de equipá-los com conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para que estes possam trazer benefícios à instituição e ao país.

Neste contexto, a parceria entre a Universidade Eduardo Mondlane e a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional constitui-se como importante e estratégica. Ela está centrada no desenvolvimento de capacidade institucional e nacional de pesquisa, tendo como um dos principais meios o financiamento, pela ASDI, de programas de formação de pós-graduação, especialmente, em universidades da Suécia e da África do Sul²⁴⁰.

²³⁷ UEM. *Anuário 2017*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2018.

²³⁸ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017, p. 15.

²³⁹ UEM. *Anuário 2017*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2018.

²⁴⁰ Idem. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*. Maputo: Gabinete de Cooperação, 2014.

Para além dos impactos positivos comprovados dos programas promovidos por esta parceria, a nível institucional e nacional, os programas de formação, igualmente, impactam no desenvolvimento profissional dos beneficiários. Os beneficiários inqueridos foram unânimes em afirmar que suas expectativas, em relação a melhoria ou mudança de carreira, aumento de desenvolvimento intelectual, proficiência em língua estrangeira e ao alargamento da rede internacional de contactos sociais, foram alcançadas com a sua formação pelos programas financiados pela ASDI. Aliás, quando questionados sobre as habilidades adquiridas como resultado da sua formação, não houve beneficiário que não se mostrasse confiante nas suas habilidades como pesquisador e profissional.

No entanto, a cooperação para pesquisa com ASDI não está isenta de constrangimentos ou desafios, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento pleno das oportunidades de formação financiadas pela ASDI. Um dos principais e prevacentes desafios está relacionado o tempo levado pelos beneficiários para completar os seus estudos, facto que impacta, principalmente, no financiamento de bolsas para os ciclos seguintes.

Por exemplo, dos 119 estudantes activamente envolvidos nos níveis de mestrado e doutoramento, no período 2011-2017, 57 eram estudantes antigos²⁴¹, que não haviam concluído seus estudos no programa anterior (2006-2010). E destes, apenas 46% se formou em tempo devido.

Sucedo que o tempo de formação, principalmente, para o nível de doutoramento é, geralmente, mais longo do que o tempo médio esperado de 4 anos. Com efeito, do total de estudantes de doutoramento inqueridos (28), 16 (58%) concluíram os estudos fora do tempo esperado, tendo havido, inclusive casos em que o curso foi concluído em 8 anos.

Adicionalmente, Kruse, et al.²⁴² aponta que os estudantes que não concluem a tempo ou progridem com sucesso não são monitorados sistematicamente, a extensão do período de estudo é quase automática e não há um limite claro de quantos anos de atraso são aceites para concluir um curso doutoramento ou mestrado.

Na verdade, o atraso na conclusão dos cursos de doutoramento e mestrado pode, no geral, estar relacionado com factores de natureza institucional – incluindo área de estudo, clima de pesquisa

²⁴¹ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017, p. 11.

²⁴² *Ibid.* p. 76.

departamental, recursos e instalações disponíveis para o projecto; a natureza e a qualidade da supervisão – envolvendo a frequência dos encontros entre o candidato e o supervisor, bem como o apoio dos colegas de pesquisa; e características do estudante – incluindo idade, estado civil, filhos, satisfação e expectativas com o projecto de pesquisa²⁴³.

Para o caso vertente, o atraso pode também estar relacionado com dificuldades de uso de língua estrangeira. Aliás, do universo de estudantes inqueridos, um total de 23 (cerca de 53%) concordou que competências em língua estrangeira constituem obstáculo à conclusão da formação de pós-graduação. Por outro lado, a mesma percentagem de inquiridos declarou que família (filhos, parceiro) estava ligada às causas do atraso da conclusão dos estudos; e 13 estudantes (30%) destacaram falta de motivação pessoal como mais um factor a considerar.

Adicionalmente, o Prof. Doutor Alberto Francisco Mavume²⁴⁴, afirma que ansiedade, depressão e problemas de saúde e de natureza social não podem ser ignorados, sugerindo, inclusive, um melhor e maior acompanhamento institucional a cada estudante.

Contudo, a principal razão para esta tendência de atraso na conclusão dos cursos está relacionada, primordialmente, com pesadas cargas de trabalho dos estudantes enquanto parte do corpo docente da UEM. Ou seja, grande parte dos estudantes estão envolvidos no ensino em cursos de graduação na UEM, facto que os impede de dedicar atenção, em tempo integral, aos seus estudos²⁴⁵.

Se, por um lado é compreensível que os referidos estudantes estejam ocupados com actividades de leccionação por conta da falta de docentes com qualificações adequadas para leccionar nos cursos de graduação, situação que não se cinge apenas à UEM, mas abrange todo Ensino Superior no país²⁴⁶ e, por conseguinte, a prestação dos formandos seja de grande valia para a instituição, acrescido ao facto de que o conhecimento e a experiência obtidos com as actividades de ensino terem importância para a futura carreira dos formandos como académicos, após a conclusão dos

²⁴³ SCHOOT, Rens van de. et al. What Took Them So Long? Explaining PhD Delays among Doctoral Candidates. *PLoS ONE*, 8(7), 2013, p. 2.

²⁴⁴ Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Professor Associado (Faculdade de Ciências). Entrevistado a 18 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

²⁴⁵ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*, Maputo: UEM, 2014, p. 13.

²⁴⁶ COSSA, Eugénia et al. *Desafios de Normaçoão do Ensino Superior em Moçambique e suas Implicações na Qualidade de Ensino*. Comunicação FORGES. 7.ª Conferência Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2017.

curso²⁴⁷, por outro lado, é importante que se tenha em vista que os programas de formação da ASDI são, sob qualquer padrão, um investimento maciço vis-à-vis com a formação de um número relativamente pequeno de pessoas²⁴⁸.

Portanto, não obstante, ao facto de o modelo sanduíche proporcionar aos estudantes moçambicanos exposição a ambientes de pesquisa académica de elevado padrão²⁴⁹, é necessário que se abra espaço para o repensar este modelo, visto que o mesmo acarreta perdas para ambas as instituições e, inclusive, para o candidato. Aliás, Alberts, et al.²⁵⁰ já havia descrito esta tendência de atraso na conclusão dos cursos de doutoramento e mestrado, tendo defendido que o modelo de formação sanduíche não funcionava como planejado e que, seguramente, não era económico.

Enquanto, por um lado, o atraso na conclusão dos cursos de pós-graduação tem potencial para causar estresse individual e implica a perda de tempo e recursos valiosos com toda a formação e supervisão investidos no candidato, por outro lado, este atraso pode causar a perda de vantagem competitiva das universidades²⁵¹. Portanto, sendo que na era da globalização, a provisão de uma educação de qualidade e a competitividade das IES nos rankings globais e nacionais passa pela melhoria da pesquisa e ensino, a formação de massa crítica deve ser prioridade alta das IES, pois ela joga um importante papel na produção de uma grande quantidade de resultados científicos importantes para o desenvolvimento institucional e do país.

²⁴⁷ GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*, Maputo: UEM, 2014, p. 13.

²⁴⁸ KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017, p. 38.

²⁴⁹ *Ibid.* p. 61.

²⁵⁰ ALBERTS, Tom et al. *Sida's Support to the University Eduardo Mondlane, Mozambique*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, Sida, 2003, p. 6.

²⁵¹ SCHOOT, Rens van de. et al. What Took Them So Long? Explaining PhD Delays among Doctoral Candidates. *PLoS ONE*, 8(7), 2013, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar o processo de internacionalização na UEM e avaliar os sucessos e constrangimentos existentes no aproveitamento das oportunidades de formação resultantes da cooperação entre a UEM e a ASDI. O trabalho mostrou a importância da internacionalização do Ensino Superior para a maior e mais antiga instituição de Ensino Superior do país, numa era de amplas tendências económicas, tecnológicas e científicas, onde faz-se necessário produzir uma força de trabalho qualificada, com consciência intercultural e habilidades para o ambiente de trabalho globalizado.

O assunto abordado é actual pois a globalização tem sido responsável pela condução da agenda de muitas políticas educacionais nos Estados e, sendo a UEM uma instituição que almeja tornar-se numa referência nacional, regional e internacional, contribuir para a produção de conhecimento científico e ajudar no desenvolvimento de Moçambique, ela não pode estar alheia ao processo de internacionalização.

A presente pesquisa é, igualmente, relevante por constituir uma oportunidade excepcional para apresentação de um trabalho académico que contribua para o entendimento do panorama de internacionalização da UEM, para além de discutir questões pertinentes relacionadas com o aproveitamento de oportunidades de formação resultantes de acordos celebrados com parceiros internacionais.

Em conformidade com os objectivos traçados, a pesquisa concluiu que, embora, a internacionalização do Ensino Superior na UEM seja uma realidade presente, ela é marcada por alguns desafios que ameaçam o seu sucesso e impedem a maximização dos seus benefícios. Esses desafios incluem a exiguidade de recursos para financiar as iniciativas de internacionalização; a existência de barreiras linguísticas; a falta de uma política institucional para orientar melhor o processo de internacionalização e promover um melhor entendimento sobre a ideia e exigências da internacionalização, em toda comunidade universitária. A pesquisa concluiu, igualmente que estes desafios são extensivos ao Ensino Superior moçambicano e, portanto, não se cingem apenas a UEM.

O trabalho evidenciou, também, a importância estratégica da colaboração com a ASDI, destacando a relevância da mesma no apoio a consecução da visão e missão da UEM, através do fortalecimento dos seus sistemas de pesquisa, por meio da promoção de oportunidades de formação de pós-

graduação, responsáveis por equipar estudantes moçambicanos com conhecimentos e habilidades fundamentais que beneficiam à instituição e ao país. Não obstante, a pesquisa trouxe para discussão a problemática da taxa de conclusão dos cursos em tempo devido, situação causada, principalmente, pelas pesadas cargas de trabalho dos estudantes enquanto parte do corpo docente da UEM.

Recomendações

Na sequência dos desafios tratados na pesquisa, apresentam-se, a seguir, algumas recomendações, para aprofundar o processo de internacionalização na UEM e, igualmente, minimizar os efeitos dos constrangimentos a nível institucional:

- a) Empreendimento de esforços conjuntos para a integração da internacionalização nas prioridades governamentais, facto que, para além de proporcionar abordagens estratégicas mais centralizadas e abrangentes, facilitaria a abertura de oportunidades de acesso a recursos financeiros para as iniciativas de internacionalização;
- b) Produção e ampla divulgação de uma política institucional de internacionalização que defina uma abordagem estratégica de internacionalização e produza um melhor entendimento sobre a ideia e exigências da internacionalização, em toda comunidade universitária;
- c) Estabelecimento de parcerias enérgicas e objectivas entre o Centro de Línguas e o Gabinete de Cooperação da UEM, com vista a responder, mais efectivamente, aos desafios prevaletentes de comunicação em línguas estrangeiras, principalmente dos candidatos à bolsas de estudo no estrangeiro;
- d) Maximização da geração de renda extra pela UEM, a partir de seu potencial de pesquisa, por meio de transferência de tecnologia, exploração comercial do conhecimento e parcerias com a indústria local;
- e) Garantia de que os principais quadros que lidam com a área de internacionalização possuam um conjunto adicional de conhecimentos, atitudes, habilidades e entendimentos sobre a dimensão internacional, intercultural, global do Ensino Superior;
- f) Extensão da participação, no processo de internacionalização, de líderes do corpo docente e das principais unidades de apoio institucional (faculdades, escolas, centros, departamentos e áreas administrativas), como forma de tornar o processo mais abrangente;

- g) Repensar do modelo sandwich implementado em colaboração com universidade da Suécia e da África do Sul, por este não funcionar como planejado e por se mostrar dispendioso.

BIBLIOGRAFIA

- AKESSON, Gunilla. *Swedish Support to the Education Sector in Mozambique - A retrospective review*. Maputo: Embaixada Sueca em Maputo, 2004.
- ALBERTO, Adalberto et al. *Plano Estratégico da Universidade Pedagógica 2011-2017*, Maputo: Publifix, Lda, 2010.
- ALBERTS, Tom et al. *Sida's Support to the University Eduardo Mondlane, Mozambique*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, Sida, 2003.
- BANKS, Melissa & BHANDARI, Rajika. Global Student Mobility. Em: H. d. W. J. D. H. T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., pp. 379-398, 2012.
- BOEREN, Ad et al. *Sida/SAREC Bilateral Research Cooperation: Lessons Learned*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, 2006.
- BROOKS, Rachel. & WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. 1st ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.
- _____. Student Mobility and the Changing Nature of Education. Em: *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. London: Palgrave Macmillan, pp. 136-159, 2011.
- COSSA, Eugénia et al. *Desafios de Normaçoão do Ensino Superior em Moçambique e suas Implicações na Qualidade de Ensino*. Comunicação FORGES. 7.^a Conferência Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2017.
- CRĂCIUN, Daniela. National Policies for Higher Education Internationalization: A Global Comparative Perspective. Em: A. Curaj, L. Deca & R. Pricopie, edits. *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*. Cham: Springer International Publishing AG, pp. 95-118, 2018.
- CUMAIO, Garciano et al. *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior, 2015*, Maputo: MCTESTP, 2016.

- DONALDSON, Graham. *International education: Responsible, Global Citizens*, Livingston: HM Inspectorate of Education, 2010.
- GABINETE DE COOPERAÇÃO UEM. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*, Maputo: UEM, 2014.
- _____. *UEM-Sida Research Cooperation Program 2011-2015/17 - Completion Report*, Maputo: UEM, 2018.
- _____. *Relatório de Actividades e Orçamento do Gabinete de Cooperação 2018*. Maputo: UEM, 2018.
- _____. *Brochura de Cooperação*. Maputo: UEM, 2019.
- _____. *Relatório de Actividades e Orçamento do Gabinete de Cooperação 2019*. Maputo: UEM, 2019.
- GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5a Edição ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HÉNARD, Fabrice et al. *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. Paris: OECD, 2012.
- HUDZIK, John K. Changing paradigm and practice for higher education internationalisation. Em: H. d. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalisation*. Milan: Vita e Pensiero, pp. 47-60, 2013.
- INE. *Anuário Estatístico 2017 - Moçambique*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2018.
- INSTITUTO DE BOLSAS DE ESTUDO. *Relatório Anual Sobre Bolsas de Estudo*. Ministério de Educação: Maputo, 2017.
- KING, Russel et al. *International student mobility*. Brighton, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex, 2004.
- KNIGHT, Jane. *Higher Education in Turmoil - The Changing World of Internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

- _____. Concepts, Rationales, and Interpretive Frameworks in the Internationalization. Em: H. d. W. J. D. H. & T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., pp. 27-42, 2012.
- KORYAKINA, Tatyana. Revenue Diversification, Higher Education. Em: P. Teixeira & J. C. Shin, edits. *Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions*. Dordrecht: Springer, pp. 1-8, 2017.
- KRUSE, Stein-Erik et al. *Evaluation of Swedish government research cooperation with Eduardo Mondlane University, Mozambique 2011-2016*, Stockholm: Citrus, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª Edição ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MATEI, Liviu & IWINSKA, Julia. National Strategies and Practices in Internationalisation of Higher Education: Lessons from a Cross-Country Comparison. Em: A. Curaj, L. Deca, E. Egron-Polak & J. Salmi, edits. *Higher Education Reforms in Romania - Between the Bologna Process and National Challenges*. Cham: Springer, pp. 206-226, 2015.
- MELLORS-BOURNE, Robin et al. *The Wider Benefits of International Higher Education in the UK*. Cambridge, Careers Research & Advisory Centre (CRAC), 2013.
- MINED. Lei nº 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior. Em: C. I. C. Premugy, ed. *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, pp. 25-41, 2012.
- _____. *Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020*. Maputo: Ministério da Educação, 2012.
- _____. *Estratégia de Financiamento do Ensino Superior*. Maputo: Ministério da Educação, 2013.
- MUSSAGY, Ibraimo Hassane. O Financiamento das Instituições de Ensino Superior Privadas em Moçambique. Em: A. Barbosa, M. Alves, M. Nazir & M. Vilanculos, edits. *Desafios da Educação: Ensino Superior*. Nampula: Decada das Palavras, pp. 105-116, 2016.
- PAZ, Celeste Dias de Sousa. *A Cooperação Internacional Académica no Ensino Superior: O caso da Universidade do Mindelo*. São Vicente: Universidade do Mindelo, 2015.

QUILAMBO, Orlando. *UEM: Fazer da Investigação o Alicerce das Actividades de Ensino-Aprendizagem, Extensão, Governação e Gestão Universitária - Manifesto 2016-2021*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2016.

ROSA, Nilson Carlos. *Educação e Globalização – Perspectivas de Ensino na Sociedade Contemporânea*. São José: Universidade de Passo Fundo, 2010.

RUMBLEY, Laura. E. et al. Internationalization within the Higher Education Context. Em: D. K. Deardorff, H. d. Wit, J. D. Heyl & T. Adams, edits. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., pp. 3-26, 2012.

SALIMO, Gabriel Ismael & GOUVEIA, Luís Borges. *Ensino Superior em Moçambique. Os desafios da gestão na Era Digital*, Porto: TRS - Tecnologia, Redes e Sociedade, 2016.

SENHORAS, Eloi Martins. *O Papel da Internacionalização das Universidades e a Projecção da Cooperação Internacional do Mercosul. Anais do III Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2006.

SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams., *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª Edição Revista e Ampliada ed. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2010.

Specific Agreement on Continued Research Cooperation with Eduardo Mondlane University, Sweden – The Government of Mozambique, 07 de Julho de 2019.

STALLIVIERI, Luciane. *O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior*. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2008.

SUTTON, Susan Buck. et al. Collaborating on the Future: Strategic Partnerships and Linkages. Em: H. d. W. J. D. H. & T. A. Darla K. Deardorff, ed. *The SAGE Handbook of International Higher Education*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., pp. 147-166, 2012.

UEM. *Plano Estratégico 2008-2012*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008.

_____. *Swedish continued research cooperation with Eduardo Mondlane University*. Maputo: Gabinete de Cooperação, 2014.

_____. *Plano Estratégico da UEM 2018-2028 - Rumo a uma Universidade de Investigação*. Maputo: Revista Científica da UEM, 2017.

_____. *Anuário 2017*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2018.

USSENE, Assane. *Ensino de Inglês como Língua Estrangeira no Ensino Secundário Geral público e competência comunicativa dos graduados em Moçambique: Entre as percepções e as práticas*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

WEIBL, Gabriel. *International Student Mobility and Internationalisation of Universities, Master Dissertation*. Christchurch: University of Canterbury, 2004.

WENDE, Marijk van der. *International Academic Mobility - Towards a Concentration of the Minds in Europe*. Amsterdam: Amsterdam University College, 2014.

WIT, Hans de. Internationalisation of higher education, an introduction. Em: H. D. Wit, ed. *An Introduction to Higher Education Internationalization*. Milan: Vita e Pensiero, pp. 13-46, 2013.

Artigos Científicos:

ABDOULI, Touhami. Higher Education Internationalization and Quality Assurance in North–South Cooperation. *International Journal of Euro-Mediterranean Studies*, 1(2), pp. 239-258, 2008.

ABRAHAM, Getahun Yacob & BRÖMSEN, Kerstin von. Internationalisation in teacher education: student teachers' reflections on experiences from a field study in South Africa. *Education Inquiry*, 9(4), pp. 347-362, 2018.

ALTBACH, Philip G. & KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3), p. 290–305, 2007.

BARROSO, Edgar. As dinâmicas globais de internacionalização do Ensino Superior, a contra-narrativa africana e o caso de Moçambique. *Educação, Sociedade & Culturas*, pp. 137-153, 2018.

CASTRO, Alda Araújo & NETO, António Cabral. O Ensino Superior: A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, Volume 21, pp. 69-96, 2012.

DALMOLIN, Indiara Sartori. et al. Intercâmbio acadêmico cultural internacional: Uma experiência de crescimento pessoal e científico. *Rev Bras Enferm*, 66(3), pp. 442-447, 2013.

FINDLAY, Allan. M. et al. World class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility. *Trans. Inst. Br. Geogr.*, 37(1), p. 118–131, 2012.

- FRANCISCO, María José Vásquez et al. Evaluating impacts of University Cooperation for Development from the Voice of the South. *Revista de Economía Mundial*, Volume 47, pp. 95-116, 2017.
- GARAVALLIA, Brian. J. International Education: How It Is Defined by U.S. Students and Foreign Students. *The Clearing House*, 70(4), pp. 215-221, 1997.
- GUEDES, Glauteice. et al. Mobilidade estudantil internacional: a experiência de estudantes de graduação em Enfermagem. *Rev. Esc. Enferm.*, pp. 1-8, 2018.
- HANSEN, Holly Moran. Defining international education. *New Directions for Higher Education*, Issue 117, pp. 5-12, 2002.
- HELD, David & MCGREW, Anthony. Globalization and the Liberal Democratic State. *Government and Opposition*, 28(2), pp. 261-371, 1993.
- JIBEEN, Tahira & KHAN, Masha Assad. Internationalization of Higher Education: Potential Benefits and Costs. *International Journal of Evaluation and Research in Education (IJERE)*, 4(4), pp. 196-199, 2015.
- KASENENE, E. S. Obstacles to the Internationalisation of Higher Education in Africa: The Case of Uganda. *Makerere Journal of Higher Education*, 3(1), pp. 73-89, 2011.
- KNIGHT, Jane. Internationalization of higher education: practices and priorities. *Quarterly Journal of International Association of Universities*, 1(4), pp. 33-47, 2003.
- _____. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(5), pp. 5-31, 2004.
- _____. Five Myths about Internationalization. *International Higher Education*, Volume 62, pp. 14-15, 2011.
- _____. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), pp. 20-33, 2012.
- KNIGHT, Jane & WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: Past and Future. *International Higher Education*, Volume 95, pp. 2-4, 2018.

- LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico. *Desafios para Moçambique*, pp. 365-395, 2014.
- LI, Fuhui. The Internationalization of Higher Education in China: The Role of Government. *Journal of International Education Research*, 12(1), pp. 47-52, 2016.
- ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, Julho-Setembro, Volume 10, pp. 46-55, 2012.
- ROSTAN, Michele. English as “Lingua Franca” and the Internationalization of Academe. *International Higher Education*, Volume 63, pp. 11-16, 2011.
- SATO, Eiiti. Cooperação Internacional – Uma Componente Internacional das Relações Internacionais. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4(1), pp. 46-57, 2010.
- SCHOOT, Rens van de. et al. What Took Them So Long? Explaining PhD Delays among Doctoral Candidates. *PLoS ONE*, 8(7), pp. 1-11, 2013.
- SEEBER, Marco et al. Why do higher education institutions internationalize? An investigation of the multilevel determinants of internationalization rationales. *Higher Education*, 72(5), pp. 685-702, 2016.
- SHAFTTEL, Julia et al. International Educational Experience and Intercultural Competence. *International Journal of Business & Economics*, 6(1), pp. 25-34, 2007.
- SHIMAUCHI, Sae. English-Medium Instruction in the Internationalization of Higher Education in Japan: Rationales and Issues. *Educational Studies in Japan: International Yearbook*, Volume 12, pp. 77-90, 2018.
- SPRING, Joel. Research on Globalization and Education. *Review of Educational Research*, 78(2), pp. 330-363, 2008.
- TAMBE, Telma. et al. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. *Jornal de Políticas Educacionais*, 13(33), pp. 1-22, 2019.
- TEICHLER, Ulrich. Internationalisation trends in Higher Education and the changing role of international Student Mobility. *Journal of international Mobility*, 1(5), pp. 177-216, 2017.

- TERENCIANO, Fidel & Natha, Miguel. Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1(7), pp. 79-94, 2016.
- TIMBANE, Alexandre António. A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique. *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, 14(1), pp. 119-139, 2018.
- TORRES, Bruno et al. Mobilidade académica internacional: Selecção de alunos utilizando uma abordagem multicritério. *Revista Espacios*, 38(35), pp. 12-27, 2017.
- USTYUZHANINA, Elena. et al. The Impact of the Digital Revolution on the Paradigm Shift in the Economic development. *Espacios*, 38(62), pp. 12-24, 2017.
- VAN, Hoang Van. The role of English in the internationalization of higher education in Vietnam. *Journal of Foreign Studies*, 29(1), pp. 72-80, 2013.
- WANGENGE-OUA, Gerad. & LANGA, Patrício Vitorino. Universities and the mobilization of claims of excellence for competitive advantage. *Higher Education*, 59(6), pp. 749-764, 2010.
- WIT, Hans de. Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. *International Higher Education*, Volume 64, pp. 6-7, 2011.
- YANG, Rui. An Obstacle or a Useful Tool? The Role of the English Language in Internationalizing Chinese Universities. *Journal of Studies in International Education*, 5(4), pp. 341-358, 2001.
- ZHOU, Jianguan. A Dynamic Systems Approach to Internationalization of Higher Education. *Journal of International Education and Leadership*, 6(1), pp. 1-14, 2016.
- ZOLFAGHARI, Akbar et al. Internationalization of higher education: Challenges, strategies, policies and programs. *US-China Education Review*, 6(5), pp. 1-9, 2009.

Websites:

- BARROSO, Edgar. *O Ensino Superior em Moçambique: entre os discursos políticos e a realidade*. 2016. [Online]
Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/governance/o-ensino-superior-em->

mo%C3%A7ambique-entre-os-discursos-pol%C3%ADticos-e-realidade

[Acessado em 16 de Maio de 2017].

JOAQUIM, José. *Financiamento do Ensino Superior em Moçambique: A Participação dos estudantes/famílias na província de Gaza*, 2017 [Online]

Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/21-Financiamento-do-ensino-superior-em-Mocambique.pdf>

[Acedido em 10 de Dezembro de 2019].

MANCCINI, Giulia. *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Mecanismos, História e Eficácia*. 2013. [Online]

Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-hist%C3%B3ria-e-efic%C3%A1cia>

[Acedido em 23 de Junho de 2019].

MANITOBA GOVERNMENT. *International Education – Information for Educational Professionals*, 2010. [Online]

Disponível em: https://www.gov.mb.ca/ie/pdf/cep_resources.pdf

[Acedido em 23 de Setembro de 2017].

MCTESTP, *Instituições de ES*. 2018. [Online]

Disponível em: <https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>

[Acedido em 18 de Novembro de 2018].

JORNAL NOTÍCIAS, “*UEM na rota da internacionalização*”. 2019. Jornal Notícias, 03 Junho [Online]

Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/tecnologias/90357-uem-na-rota-da-internacionalizacao>

[Acessado em 20 de Outubro de 2019].

PROTOCOL ON EDUCATION AND TRAINING (SADC), Blantyre, 8 September 1997. Disponível em: http://www.sadc.int/english/protocols/p_education_and_training.html. Consultado em 16 de Julho de 2018.

UEM, *Linhas de Investigação na Universidade Eduardo Mondlane*. 2017. [Online] Disponível em: [http://www.eca.uem.mz/images/informacoes/Linhas de investigao da UEM Final.pdf](http://www.eca.uem.mz/images/informacoes/Linhas_de_investigao_da_UEM_Final.pdf) [Acessado em 15 de Novembro de 2019].

UEM “*UEM e Suécia passam em revista os seus programas de Cooperação Bilateral*”. 2018. UEM, 17 de Abril [Online] Disponível em: <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/1011-uem-e-suecia-passam-em-revista-os-seus-programas-de-cooperacao-bilateral> [Acessado em 26 de Agosto de 2019].

WIT, Hans de. *Internationalization as National Policy*. 2015. [Online] Disponível em: <https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/internationalization-national-policy> [Acessado em 20 de Novembro de 2019].

Entrevistas

FAMBA, Sebastião Inácio – Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Docente, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Entrevistado a 28 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

MADIVATE, Carvalho Mendes de Oliveira Mendes – Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Professor Catedrático (Faculdade de Ciências). Entrevistado a 10 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

MAVUME, Alberto Francisco – Coordenador do Programa UEM-ASDI, 2011-2017, Professor Associado (Faculdade de Ciências). Entrevistado a 18 de Abril de 2020, Cidade de Maputo.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião do Inquérito por Questionário

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito é conduzido pela estudante Olinda de Oliveira Simão e tem como objectivo colher informação para a realização do seu trabalho de pesquisa para obtenção do Grau de Mestre em Cooperação e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). O principal objectivo do trabalho de pesquisa é avaliar o estágio actual da cooperação académica entre UEM e a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional ASDI.

A população “alvo” deste inquérito são estudantes beneficiários das bolsas da ASDI no período de 2011 a 2017, para os níveis de Mestrado, Licenciatura e Doutoramento.

Os dados fornecidos são **absolutamente confidenciais e anónimos** e serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica. Por favor responda com sinceridade pois não há respostas correctas ou incorrectas. A sua opinião é muito importante.

Depois de responder ao inquérito, o mesmo deve ser enviado para o seguinte email: olindasimao@gmail.com.

Obrigado pela colaboração.

Apelido:	
Nome(s):	
Género: Masculino	Feminino
Instituição onde Frequentou os Estudos:	
Nível(s) Frequentado:	
Tel.:	Email:

Q1. Quando iniciaram os seus estudos?

Mês Ano

Q2. Quando é que obteve a qualificação final?

Mês Ano

Q3. Qual era a duração do curso?

Q4. Qual foi a sua área de formação: _____

Q5. Qual descrição melhor se ajusta ao seu status como estudante?

Estudante em tempo integral

Estudante a tempo parcial

Q6. Qual a importância dos seguintes aspectos relacionados ao seu interesse em estudar no exterior:

	Muito importante	Importante	Nem importante nem sem importância	Sem importância	Muito sem importância
Melhoria ou mudança de carreira					
Aumento do desenvolvimento intelectual					
Proficiência em língua estrangeira					
Cosmopolitismo e sensibilidade intercultural					

Crescimento pessoal e experiências mais amplas					
Ampla rede internacional de contactos profissionais					

Q.7 Suas expectativas foram alcançadas em relação aos seus estudos no exterior?

	Sim completamente	Sim	Nem sim, nem não	Não	De modo nenhum
Melhoria ou mudança de carreira					
Aumento do desenvolvimento intelectual					
Proficiência em língua estrangeira					
Cosmopolitismo e sensibilidade intercultural					
Crescimento pessoal e experiências mais amplas					
Ampla rede internacional de contactos profissionais					

Q8. Em que medida você concorda ou discorda que os seguintes aspectos constituem obstáculos para um melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pela ASDI para formação no estrangeiro?

	Discordo plenamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
Competências em língua estrangeira					
Dificuldades em obter informações					
Separação de parceiro, filho(s), família					
Perda de oportunidades para ganhar dinheiro					

Falta de motivação pessoal					
Problemas com o reconhecimento dos resultados alcançados em países estrangeiros					
Número limitado de bolsas de estudo					
Problemas com os regulamentos de visto / residência no país de destino					
Diferenças culturais com o país de destino					

Q9. Sobre suas aspirações e habilidades profissionais actuais, você concorda ou discorda das seguintes declarações?

	Discordo plenamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
Estou confiante em minhas habilidades como pesquisador e profissional					
Conheço as várias opções de carreira disponíveis para uma pessoa com o meu grau em minha disciplina					

Q10. Avalie seu interesse nas seguintes trajetórias de carreira:

	Sem Interesse	Pouco interesse	Interesse moderado	Forte interesse
Carreira de docência				
Carreira de pesquisa acadêmica				
Carreira não relacionada à pesquisa e nem ao ensino (consultoria, política, negócios etc.)				

Q.11 Por favor, considere o quanto você concorda ou discorda das seguintes declarações.

	Discordo plenamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
A Cooperação acadêmica UEM e ASDI tem sido responsável pelo aumento de pesquisas e publicações científicas de qualidade no país.					
A parceria entre UEM e SAREC/ASDI tem contribuído sobremaneira para a coordenação e gestão de projectos de investigação na UEM.					
A Cooperação acadêmica UEM e ASDI contribui para o fortalecimento da capacidade institucional da UEM.					

Obrigado pelo seu tempo!

Apêndice 2 – Guião do Questionário para Entrevista

Bloco 1 – Identificação pessoal

- 1.1 Qual é seu Nome?
- 1.2 Qual é a sua Ocupação?
- 1.3 Qual é a sua Formação Académica?

Bloco 2 – Acordos de Cooperação entre UEM e ASDI-Suécia

- 2.1 A Universidade Eduardo Mondlane assinou com ASDI acordos de cooperação que visam fundamentalmente fortalecer o Ensino Superior e a capacidade de gestão de projectos de investigação. Como avalia a esta cooperação para a UEM e para o país?
- 2.2 Um dos resultados esperados da Cooperação entre UEM e ASDI é o aumento da capacidade de condução de pesquisas científicas de qualidade e relevantes para o desenvolvimento do país. Acha que Moçambique tem se beneficiado de pesquisas científicas de qualidade como resultado desta cooperação?
- 2.3 A Universidade Eduardo Mondlane é considerada uma das melhores instituições de ensino superior públicas que o país detém. Na sua opinião, a parceria entre UEM e ASDI tem contribuído para a coordenação e gestão de projectos de investigação na UEM? De que forma?

Bloco 3 – Constrangimentos dos Acordos no período 2006-2015

- 3.1 Um dos aspectos negativos que se verifica nos programas de formação no exterior, resultantes da cooperação UEM e ASDI é a não conclusão, pelos estudantes moçambicanos, dos estudos, em tempo devido. O que acha que está por detrás desta ineficácia? Como acha que este facto afecta a continuidade da cooperação e o estabelecimento de outros programas similares?
- 3.2 Muitas vezes é apontada a barreira linguística como um dos factores que condiciona a eficácia dos programas de formação no exterior. Na sua opinião, até que ponto as barreiras linguísticas têm peso para condicionar os programas de mobilidade? Como acha que se pode ultrapassar este constrangimento?

Bloco 4 – Mecanismos para Maximização do aproveitamento dos recursos disponibilizados pela Suécia

4.1 Tendo em conta a importância da educação internacional na consolidação e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica com o fim último de promover um desenvolvimento integrado da sociedade, como acha que a UEM pode tirar máximo proveito dos programas de mobilidade resultantes dos recursos disponibilizados pela Suécia?

4.2 Que outras acções acha que a Universidade Eduardo Mondlane deve desenvolver para promover mais ainda a sua internacionalização e responder efectivamente aos desafios de uma era cada vez mais globalizada?

Bloco 5 – Considerações finais

5.1 Tem algo a acrescentar?

Maputo, Janeiro de 2020